



Claudia Arouca Queiroz  
Liane Mendes Santos  
Marcelo Campos Machado  
Marlean Kelli Aparecida Silveira  
Miriele Gracini  
Victor Henrique dos Reis  
Walquiria Paiva Costa

# A REALIDADE PÚBLICA DO ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO RIO GRANDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITORA

 **fesp**

FUNDAÇÃO DE ENSINO  
SUPERIOR DE PASSOS



Claudia Arouca Queiroz  
Liane Mendes Santos  
Marcelo Campos Machado  
Marlean Kelli Aparecida Silveira  
Miriele Gracini  
Victor Henrique dos Reis  
Walquíria Paiva Costa



**A REALIDADE PÚBLICA DO  
ESPORTE NOS MUNICÍPIOS  
DA REGIÃO MÉDIO RIO  
GRANDE DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS**



Passos-MG  
FESP  
2011

Ministério do  
Esporte



R288 A realidade pública do esporte nos municípios da Região Médio Rio Grande do Estado de Minas Gerais / Claudia Arouca Queiroz... [et al.] – Passos, MG: FESP, 2011.

118 p. : ll., mapas, quadros, tabs.

ISBN: 978-85-89286-29-9

1. Políticas públicas – Esporte – Municípios da AMEG (Minas Gerais). 2. Perfil dos gestores esportivos municipais. I. Queiroz, Claudia Arouca et al. II. Fundação de Ensino Superior de Passos. III. Título.

CDU- 796(815.1)

CDD- 796.8151

Catálogo na fonte Biblioteca Central da FESP  
Bibliotecária Responsável: Gesiane Patrícia de Souza CRB6 1894

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro do Esporte**

Orlando Silva de Jesus Júnior

**Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer**

Rejane Penna Rodrigues

**Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte**

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos - Substituta

**FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS – FESP**

**CONSELHO CURADOR**

**Presidente** - Fábio Pimenta Esper Kallas

**Vice-presidente** - Manoel Reginaldo Ferreira

**Membro** - Frank Lemos Freire

**Diretor Executivo** - Dácio Lemos Martins

**Faculdade de Educação Física de Passos**

**Diretor** - Hέλvio Vieira Maia

**Vice-diretora** - Nádia Peixoto

**Docentes Pesquisadores**

Claudia Arouca Queiroz

Liane Mendes Santos

Marcelo Campos Machado

**Discentes Pesquisadores**

Marlean Kelli Aparecida Silveira – Faculdade de Educação Física de Passos

Miriele Gracini – Faculdade de Serviço Social de Passos

Victor Henrique dos Reis – Faculdade de Informática de Passos

Walquíria Paiva Costa – Faculdade de Educação Física de Passos

**Edição e Projeto Gráfico:** VivaMinas Assessoria de Comunicação

**Impressão e Acabamento:** Gráfica e Editora Letrícia

**Editora:** FESP

Os textos publicados e as interpretações, são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam





## APRESENTAÇÃO







A Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP – foi instituída pela Lei Estadual n.º 6.140 de 10.09.1973 em substituição à Fundação Faculdade de Filosofia de Passos, existente desde o ano de 1963. O Decreto Estadual n.º 16.998 de 20 de fevereiro de 1975 aprovou o Estatuto da FESP.

A UEMG foi criada pelo art. 81 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989, como entidade pública, sob a forma de Autarquia, com reitoria na Capital e Unidades localizadas nas diversas regiões de Minas Gerais. A FESP – Fundação de Ensino Superior de Passos - integra a UEMG na medida em que foi criada por Decreto Estadual e a modificação havida não invalida os contratos anteriores firmados. Por isso é associada, e seu campus é considerado também como Campus da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais.

A FESP é mantenedora de onze Instituições de Ensino e, atualmente funciona em 14 blocos distribuídos no município de Passos.

Esta pesquisa, em convênio com o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, vem retratar o recente desenvolvimento, no que tange às pesquisas públicas sociais ligadas ao esporte. Foi conquistada pela Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP/UEMG - mediante “Chamada Pública para Fomento de Pesquisas” a serem desenvolvidas na REDE CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Aprovada pelo Comitê de Ética da FESP (CEP), processo nº 255/2010, desenvolveu um trabalho sobre dados da infraestrutura; instalações e equipamentos esportivos existentes e em construção; estado de conservação; articulações institucionais, tendo em vista desenvolvimento de políticas e de atividades relacionadas ao esporte; os aspectos pertinentes à legislação esportiva; os convênios e parcerias/ações; os projetos e programas desenvolvidos com a participação do governo municipal, estadual e federal; os eventos, e modalidades esportivas, realizados nos municípios e no estado. Este estudo foi realizado entre junho/2010 e maio/2011.





A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande (AMEG) se constitui com acordos firmados entre os gestores, com participação e credibilidade dos departamentos municipais, inclusive o esportivo, dando fundamento para a realização deste trabalho, que envolveu uma equipe disposta a fazer um raio-x da realidade pública esportiva dos municípios envolvidos.

As Secretarias, Departamentos ou Setores Municipais que abrigam os gestores esportivos foram o local da realização deste trabalho investigativo, tendo como pesquisadores uma equipe de três professores-pesquisadores e quatro acadêmicos da FESP/UEMG.

**FÁBIO PIMENTA ESPER KALLAS**  
Presidente do Conselho Curador FESP



*“O trabalho do gestor é o reflexo direto da realidade do esporte no município”*

(MIRIELE GRACINI E WALQUIRIA PAIVA COSTA).







## AGRADECIMENTOS







Agradecimentos à Secretaria de Estado de Esporte e Juventude (SEEJ) do Estado de Minas Gerais, por fomentar a elaboração dessa pesquisa. À Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP), na pessoa do Professor Fábio Pimenta Esper Kallas, que nos incentivou e apoiou durante todo o processo. À Associação dos Municípios da Região do Médio Rio Grande de Minas Gerais (AMEG) pelas informações e credenciamento dos municípios. Aos gestores públicos municipais, 17 ao todo, pelas informações relatadas. Aos funcionários da FESP que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização de nossa pesquisa, especialmente à Michelle Pereira, que trabalhou com afinco ao longo desse processo e principalmente ao Ministério do Esporte, que acreditou e investiu nesta pesquisa.









## SUMÁRIO



INTRODUÇÃO.....	19
1) APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMEG.....	25
2) A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE E LAZER NA AMEG.....	37
3) CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DISPONÍVEIS.....	48
4) INVESTIMENTO EM AÇÕES ESPORTIVAS.....	59
5) O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO.....	75
REFERÊNCIAS.....	95
DADOS DOS AUTORES.....	101
APÊNDICE.....	105







## INTRODUÇÃO







Esta pesquisa apresenta alguns apontamentos referentes à realidade da gestão esportiva nos municípios da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE - AMEG. Os municípios filiados a esta associação são: Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino.

Realizou-se a pesquisa mediante o convênio entre o Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, com a Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), a Faculdade de Educação Física (FADEF), uma chamada pública para fomento de pesquisas a serem desenvolvidas na Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), denominação representativa genérica para o conjunto de Instituições de Ensino Superior que, por meio da pesquisa social, realizam estudos, visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer e de inclusão social. A Rede, fomentada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, tem como objetivos: gerar, articular e difundir ações científicas e tecnológicas no campo do Esporte e do Lazer.

A linha de pesquisa deste trabalho refere-se às temáticas prioritárias da política social desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, e especialmente sobre: Perfil do esporte e lazer de estados, Distrito Federal e municípios brasileiros. A coleta de dados se deu de forma a atender uma investigação, com o objetivo de aproximar os pesquisadores da realidade a ser constatada. Essa percepção representa uma das possíveis dimensões de ida ao campo, uma vez que as possibilidades e os limites das diversas realidades existentes no cotidiano social permitem ao pesquisador um infinito leque de procedimentos e descobertas (MINAYO, 1994).

A definição dos municípios a serem pesquisados, se fez por um levantamento, realizada na região sudoeste de Minas Gerais. Ao escolher os municípios da AMEG, em virtude do trabalho que a associação já





vem realizando ao longo dos anos, pretende-se mostrar a realidade do esporte municipal e seu impacto social.

Toda a conjuntura que envolve a Gestão Pública do Desporto foi alvo de análise, buscando fazer um raio-x dos profissionais e de suas políticas públicas.

A discussão do Esporte na região da AMEG e pesquisas relacionadas à Gestão, assim como, o universo da administração pública de esporte e lazer, representam conquistas para as políticas sociais na região, pois suas ações se constituem como intervenções na sociedade e, portanto, como direitos sociais assegurados aos cidadãos.

Programas de políticas públicas de esporte têm sido objeto de várias pesquisas, buscando atender a uma demanda da sociedade, quanto à necessidade de atividades esportivas e de lazer para o tempo livre da população urbana. O ócio nas cidades é resultado de uma nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, em que cada vez mais o tempo é controlado pelas necessidades do mercado, motivo pelo qual vêm sendo geradas mudanças culturais na população.

Como consequência, o esporte vem ganhando um novo papel na organização pública, ao relacionar-se com o bem-estar das populações. As políticas públicas esportivas, para atingir os diversos segmentos sociais, devem primar pela distribuição democrática dos recursos existentes, incorporando à dinâmica da cidade as práticas corporais e esportivas como direito assegurado de afirmação cultural e de cidadania.

As fontes de informação desta pesquisa foram os próprios gestores esportivos municipais da AMEG, arguidos em questionário próprio, fazendo as indicações de locais em que as políticas públicas efetivamente aconteceriam, para que os pesquisadores coletassem outras informações pertinentes ao tema central, como visual, por exemplo.

O objetivo geral desta pesquisa foi traçar um panorama do desenvolvimento das políticas públicas para o esporte e lazer e a abrangência dos projetos e ações de incentivo às práticas esportivas, por parte dos gestores da AMEG, com vistas ao esclarecimento público da realidade da gestão esportiva na região.





A equipe de pesquisa foi composta por uma professora coordenadora da Faculdade de Educação Física de Passos, dois professores pesquisadores também da Faculdade de Educação Física de Passos e quatro acadêmicos, sendo dois da Faculdade de Educação Física de Passos, um da Faculdade de Serviço Social de Passos e um da Faculdade de Informática de Passos. Todos os pesquisadores e acadêmicos integram o corpo docente e discente da Fundação de Ensino Superior de Passos - FESP/UEMG.







# 1 APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMEG







## **A AMEG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE**

A AMEG - Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - foi criada em 30 de Novembro de 1984, com instalação oficial e posse da 1ª Diretoria, do Conselho Fiscal e do Secretário Executivo em 22 de Março de 1985. É uma entidade civil de duração indeterminada, que surgiu como outras 41 Associações Microrregionais no Estado, como alternativa às ações isoladas de cada município, frente a problemas e interesses comuns. Seu objetivo maior é o fortalecimento do poder municipal dos 17 municípios que a compõem, ampliando sua capacidade administrativa, econômica e social, prestando-lhes assistência técnica e promovendo o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental, através de uma ação integrada de seus executivos com os órgãos estaduais, federais e instituições privadas.

A AMEG é administrada por Diretoria, composta de 1 (um) Presidente, um 1º (primeiro) Vice-Presidente e um 2º (segundo) Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral, entre seus membros. É da competência da Assembléia Geral: deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da associação; eleger, por votação secreta ou aclamação, dentre seus membros o Presidente e os Vice-Presidentes da Associação.

A sede administrativa da associação está instalada no município de Passos, que tem uma privilegiada posição geográfica no entroncamento de importantes pólos econômicos, com área urbana cortada por um segmento da rodovia MG-050, principal rodovia troncal do Estado, que liga a rodovia BR-262 à SP-351, no noroeste de São Paulo. Sua estrutura administrativa é composta de Diretoria e Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Secretaria Administrativa, Departamento Jurídico, Departamento de Engenharia e Patrulha Motomecanizada.

É importante mencionar os municípios filiados à AMEG, por ocasião desta pesquisa. São eles: Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro,



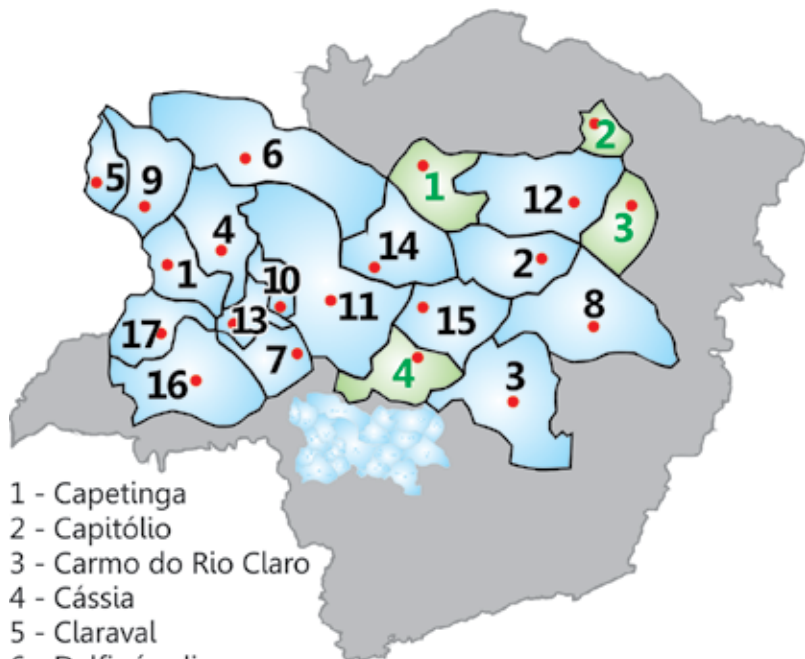


Cássia, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Vale ressaltar que quatro municípios fazem parte da região do Médio Rio Grande, porém não são filiados à associação (Alpinópolis, Doresópolis, Pimenta e Vargem Bonita).

Esses municípios estão localizados na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 11.877,233 Km<sup>2</sup>, com uma população aproximada de 374.587 habitantes, conforme Figura 1. É uma região tipicamente agrícola, cuja economia se baseia na produção de café, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, etc. Possui a maior bacia leiteira do Estado, sendo a maior produtora de leite tipo B do Brasil. Está diretamente ligada aos projetos turísticos da Serra da Canastra, fazendo-se representar como Membro do Comitê de Bacias Hidrográficas do Médio Rio Grande e também do Fórum Municipal do Lixo e Cidadania.

Na figura abaixo, demonstra o mapa de Minas Gerais e em evidência a região do Médio Rio Grande.





- 1 - Capetinga
- 2 - Capitólio
- 3 - Carmo do Rio Claro
- 4 - Cássia
- 5 - Claraval
- 6 - Delfinópolis
- 7 - Fortaleza de Minas
- 8 - Guapé
- 9 - Ibiraci
- 10 - Itaú de Minas
- 11 - Passos
- 12 - Piumhi
- 13 - Pratápolis
- 14 - São João Batista do Glória
- 15 - São José da Barra
- 16 - São Sebastião do Paraíso
- 17 - São Tomás de Aquino

Em verde, municípios da Microrregião que não fazem parte da AMEG:

- 1 - Vargem Bonita
- 2 - Doresópolis
- 3 - Pimenta
- 4 - Alpinópolis

**Figura 1-** Mapa do estado de Minas Gerais e da região do Médio Rio Grande.





No quadro 1, observa-se o número de habitantes de cada município associado à AMEG e área ocupacional (km<sup>2</sup>).

**Quadro 1**– Municípios associados a AMEG, de acordo com o nº da população e área km<sup>2</sup>.

Municípios	População	Área km <sup>2</sup>
Capetinga	7.089	297,9
Capitólio	8.183	521,8
Carmo do Rio Claro	20.426	1.065,7
Cássia	17.412	665,8
Claraval	4.542	227,6
Delfinópolis	6.830	1.378,4
Fortaleza de Minas	4.098	218,8
Guapé	13.872	934,3
Ibiraci	12.176	562,1
Itaú de Minas	14.945	153,4
Passos	106.290	1.338,1
Piumhi	31.883	902,5
Pratápolis	8.807	215,5
São João Batista do Glória	6.887	547,9
São José da Barra	6.778	314,3
São Sebastião do Paraíso	64.980	814,9
São Tomás de Aquino	7.093	277,9

Fonte: BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.





É uma região com imenso potencial turístico, pois nela encontra-se o Lago de Furnas, com um volume de água correspondente a sete vezes a Baía de Guanabara, com a beleza de suas cascatas, escarpas e matas, oferecendo ótimos locais para o lazer; e também a Serra da Canastra, onde nasce o Rio São Francisco.

As microrregiões no Estado, tal qual a Região do Médio Rio Grande, possuem ações isoladas de cada município frente a problemas e interesses comuns.



**Figura 2** – Parque Municipal “Odélio de Brito”, Itaú de Minas-MG, 2010.



**Figura 3** – Ginásio Municipal Elzo Calixto Mattar, Passos-MG, 2010.

Como prestação de serviços aos seus municípios filiados, a associação organiza seminários e capacitações para os servidores municipais das prefeituras e câmaras, nas diversas áreas: contábil, educacional, assistência social, administrativa, etc. A Associação, preocupada com a gestão pública dos filiados, inovou-se com o lançamento de um Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública para os servidores das prefeituras e câmaras.

A base da economia dos municípios associados se sustenta em maior relevância na agropecuária e na indústria, destacando também o setor de mineração nos municípios de Fortaleza de Minas e Itaú de Minas; São José da Barra representa um grande potencial em geração de energia.





Desde sua fundação, a AMEG desenvolve para os municípios trabalho de apoio, conservação e melhoramento de infraestrutura. Dotada de patrulha motomecanizada, de moto niveladora, retroescavadeiras, tratores, caminhões e implementos, presta serviços como terraplanagem de estradas, abertura de redes de água e esgoto, extração de cascalho, aração e gradação de terras de pequenos produtores. Oferece assessoria jurídica às prefeituras e câmaras filiadas, através de emissão de pareceres e orientações específicas à administração pública. Desenvolve projetos de engenharia e arquitetura, licenças ambientais e diversos outros serviços nestas áreas.

Além disso, a AMEG tem ampliado a participação e atuação na sua área de abrangência, identificando a necessidade da elaboração de planos diretores dos municípios que não os possuem e também da revisão das cidades que possuem. Foi firmado um convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais, pela da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, constituindo o CIMEG (Consórcio Intermunicipal do Médio Rio Grande), que teve por objetivo a realização destas revisões e elaborações de Planos Diretores nos municípios filiados. Para tanto, foi contratada a Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), para a realização destes trabalhos.

A formulação de opções estratégicas, com a seleção de ações convergentes e articuladas, busca permitir que os objetivos e as metas sejam atingidos. Por isso, programas prioritários sintetizam, de forma consistente e integradora, os processos e definem ações por dimensão, para enfrentar os problemas e explorar as potencialidades econômicas, socioculturais, ambientais, tecnológicas e político-institucionais.

Importa ressaltar que foi realizado um diagnóstico completo dos municípios filiados, com estudo de todas as áreas e identificação dos campos de atuação. O objetivo desse diagnóstico é integrar ações de todos os setores: público, privado e terceiro setor, na busca do desenvolvimento sustentável em todos os segmentos já citados, criando-se importante ferramenta de organização regional.

Neste sentido, foi elaborado o Programa Líder, desenvolvido pela AMEG em parceria com o SEBRAE, Serviço Nacional de Apoio a Micro





e Pequena Empresa. O Programa Líder objetiva mobilizar, qualificar e integrar as lideranças, para o desenvolvimento regional e seus mecanismos de sustentação, congregando e integrando os setores público, privado e o terceiro setor, na criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios e organização da região. O programa mobiliza, apóia e prepara lideranças para a efetivação das vocações econômicas locais, com ênfase nos pequenos negócios. Promove a integração e organização política para a formulação, implantação e gestão de iniciativas de interesse público e regional, estabelecendo demandas importantes para o Sudoeste de Minas Gerais e que possam ser elencadas, de acordo com a prioridade e necessidade.

Para que as ações definidas nestes programas possam ser implementadas, algumas delas se desenvolvem em paralelo, como o curso de pós graduação em Gestão Pública desenvolvido em parceria com o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Voltado para servidores públicos das prefeituras e câmaras da área da AMEG, o curso busca profissionalizar os agentes efetivos das instituições, como forma de melhorar o serviço prestado aos cidadãos e o estabelecimento claro das atribuições do poder público, na formulação de políticas que melhorem a qualidade de vida dos seus moradores.

Com o objetivo de integrar os municípios filiados, realizou-se em 2009 os Jogos da AMEG. As modalidades disputadas foram: futsal, vôlei, handebol, basquete e futebol (feminino e masculino). As modalidades foram distribuídas em duas categorias, sub 17 e adulto. Cerca de cem (100) atletas envolveram-se nessa competição esportiva, gerando uma disputa saudável entre as equipes. Cada rodada se realizou em um município diferente como forma de proporcionar aos atletas maior intercâmbio regional, propiciando o conhecimento dos municípios da região. Pelo resultado positivo obtido, a expectativa é que o evento se realize nos próximos anos.





**Figura 4** – Campo Municipal de Ibiraci-MG, 2010.

Visando ampliar a participação dos órgãos regionais na associação, a AMEG realizou em 2009 o Primeiro Encontro de Vereadores dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande. Realizado no município de Ibiraci, o evento contou a participação de legisladores das dezessete cidades e debateu o papel do vereador na administração municipal, seu contexto político atual, apoiado no desenvolvimento de suas funções. A proposta é que o estatuto da AMEG seja modificado, para possibilitar a maior participação dos vereadores, inclusive na tomada de decisões, como hoje acontece com os prefeitos.

O apoio às associações microrregionais tem o suporte do Governo do Estado. Foram liberados 800 mil reais (oitocentos) para a AMEG,



que estão sendo aplicados na modernização da associação e na construção da sede própria. A Prefeitura Municipal de Passos doou o terreno para a realização da obra, em fase de conclusão. O local contará com salas administrativas, de reuniões e com auditório para as assembleias, cursos e demais utilidades, com equipamentos de multimídia.

Desta forma, a AMEG, priva por trabalhar na defesa e reivindicação dos interesses econômicos e sociais, buscando contribuir para o desenvolvimento de seus afiliados e de toda a região.



**Figura 5** – Academia ao ar livre, Carmo do Rio Claro-MG, 2010.



---

## 2 A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE E LAZER NA AMEG

---





FEDERAÇÃO DAS  
ESCOLAS DE SÃO PAULO



FUNDAÇÃO DE AMPARO À  
PESQUISA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

**fadef**

Faculdade de  
Educação Física

apresentam

# praça viva



## A GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE E LAZER NA AMEG

Todo município tem o dever de garantir a efetividade dos direitos fundamentais, entre eles o direito social do lazer e do esporte, elaborando políticas públicas com a participação efetiva da comunidade local nas ações fomentadas pelo setor esportivo.

Por isso, torna-se fundamental a inclusão do esporte e lazer como prioridade municipal, em todos os segmentos, a fim de construir uma política voltada para o cumprimento da Constituição Federal, preservando o direito do cidadão e fomentando a qualidade de vida da população (CHEMIN, 2007).

Nesse sentido, usando e garantindo o esporte e lazer como ferramentas de promoção social, faz-se necessário o cumprimento desta atribuição previamente estabelecida em lei pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, que garante que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar social de seus habitantes.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, [...] II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; [...] § 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Portanto, para que tais direitos sejam realmente concretizados para usufruto da sociedade, é necessário um membro administrador, o Gestor.



O gestor caracteriza-se como um articulador de necessidades sociais e interventor de políticas públicas, responsável pela tomada de medidas estratégicas administrativas, embasadas nos direitos constitucionais. Ele deve avaliar fatores determinantes, tais como o custo/benefício do processo em questão, garantir cumprimentos dos princípios básicos de aplicação dos recursos através de planejamentos, planos e projetos, além de desenvolver as metas estabelecidas no Plano Diretor, quando o município o possui.

No Brasil, as políticas públicas são divididas em setores de organização, tais como, saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. Neste caso, será abordada somente a gestão no setor esportivo, nas dimensões de educação, de rendimento e social. Ressalta-se, que cada município possui um representante público administrativo nas determinadas divisões, possibilitando assim um único foco de desenvolvimento e aplicação das estratégias definidas, propiciando peculiaridades na otimização do planejamento.

Conclui-se, então, que gerir é um processo que envolve eficácia para atingir os objetivos propostos, visando aos resultados e efetividade para atender às necessidades dos cidadãos do município.

Segundo Castel (1998) apud Raichelis (1998) o grau de eficiência da administração pública em diversas esferas do poder relaciona-se diretamente com a capacidade para processar, defender a informação e garantir que a decisão seja compartilhada.

Tal compartilhamento deve seguir uma linha de pensamento voltada para o planejamento, organização, direção e controle das ações básicas da administração, além da estruturação de uma equipe de trabalho competente, no qual o processo de delegação e atribuição das tarefas deve estar muito bem definido, proporcionando o *empowerment* entre os protagonistas, citado por Reis et al (2005, p. 87):

Termo usado para designar o processo de delegação e atribuição de tarefas, acrescido do poder para decidir sobre elas; traz em si as mesmas características, exigências e dificuldades inerentes ao antigo e conhecido processo de delegação, com a diferença que enfatiza a tomada de decisão do indivíduo sobre as coisas que interferem diretamente sobre o seu desempenho; enfatiza a autogestão.







Uma das funções do gestor municipal de esportes e lazer é proporcionar para a toda a sociedade práticas esportivas em três níveis: esporte de participação, no qual o cidadão pode usufruir deste recurso de forma recreativa, lúdica, como uma alternativa de lazer; esporte de rendimento, o qual é destinado para os treinamentos e formação das equipes ou modalidades individuais, representantes dos municípios, com exigência de resultados entre os atletas. E, por último, o esporte de formação, que se caracteriza como um recurso para a estética, prevenção, bem-estar, associado à saúde.

Quanto ao lazer, deve-se proporcionar práticas de forma ativa e passiva, ou seja, atividades artísticas, intelectuais, físicas, manuais, culturais, turísticas e sociais em que o cidadão pode participar ou apenas assistir.

Mediante a necessidade de estabelecer políticas de esporte e lazer que atendam a toda a sociedade, os gestores de esportes e gestores em geral têm que balizar as expectativas e demandas da sociedade quanto à prática do seu direito, e ainda gerir de forma distribuída, democrática e comprometida com os recursos existentes.

Para que a gestão pública atinja um desempenho positivo na organização e nos objetivos propostos, é necessária uma série de procedimentos relacionados ao conhecimento técnico e prático do tema em questão.

A área de Administração Esportiva envolve a aplicação dos conceitos e teorias gerais da Administração ao Esporte e aos diferentes papéis que ele desempenha na sociedade contemporânea. Seu estudo engloba conhecimentos multidisciplinares... [...] Pela abrangência que o esporte tem no contexto social dos dias de hoje, estão também envolvidos, de maneira geral, além dos conceitos e teorias da administração, conhecimentos relativos à Economia, Marketing, Legislação e Política (BASTOS, 2003 apud MELO; HÚNGARO, s/d).





Sendo assim, o orçamento público do setor de esporte e lazer é um instrumento importante na condução de uma política pública pautada na Constituição Federal (1988), pois fornece subsídios para planejar e replanejar, sendo um princípio com abordagens para realizações de ações e projetos.

O planejamento é o primeiro passo na construção e condução do setor administrativo, com recursos presentes em todo o processo.

O planejamento é um processo permanente e contínuo no tempo, iniciado pela direção de uma organização para abordar o futuro com o mínimo de riscos. O Plano Estratégico é produto e resultado deste processo. Enquanto o processo de planejamento se move no âmbito das idéias e reflexões, o Plano Estratégico é um elemento concreto, definido e tangível. [...], a passagem do planejamento à ação se faz mediante a execução dos projetos de uma organização esportiva. [...] Os Projetos são os elementos sobre os quais se baseia o funcionamento das organizações esportivas. Os projetos a serem desenvolvidos por uma organização esportiva são os instrumentos que permitem alcançar os objetivos fixados pelo do desenvolvimento das estratégias (objetivos estratégicos) selecionadas. Enquanto os objetivos se movem no âmbito dos desejos – e, em parte, do abstrato – os projetos são coisas tangíveis e concretas (ROCHE, 2002, s/d).

Na realidade da gestão do esporte e lazer municipal, o planejamento é representado pelo plano diretor, que pode ser definido de acordo com Saboya (2007) como uma lei que rege diretrizes para a cidade, apontando para o desenvolvimento em diversos aspectos. É um processo político público e social, que objetiva proporcionar qualidade de vida, preservação ambiental, entre outras necessidades. O Plano Diretor deve ser discutido e aprovado pela câmara de vereadores e sancionado pelo prefeito.

Ou seja, um documento em que são estabelecidos metas e objetivos para o processo de gestão deve ser consultado e executado, porém flexível a possíveis mudanças e adaptações necessárias ao cumprimento do objeto.





O gestor municipal tem inúmeras possibilidades de concretizar o plano diretor, por meio de parcerias com empresas, instituições, com o poder público federal e estadual e ainda interagir com empresários para possíveis patrocínios individuais ou coletivos de atletas de destaque, ou ainda, com projetos sociais.

Evidencia-se que o gestor deve ter conhecimentos específicos e diversificados da área administrativa do setor em questão. Então, faz-se necessário abordar a relação da preparação técnica dos gestores públicos, atuantes, por se tratar de um cargo de confiança, para o qual, ocasionalmente não são exigidas condições mínimas de escolaridade. Seria viável que os órgãos competentes disponibilizassem capacitações específicas para os gestores, considerando-se que preparar/capacitar estes profissionais é uma alternativa de melhoria e possibilidade de atingir a efetividade no desenvolvimento de políticas estabelecidas e desejadas.

Então, gestor é sinônimo de “empreendedor”, termo utilizado e associado aos profissionais que incentivam o crescimento, tanto na área econômica quanto esportiva, por estarem atentos e descobrirem maneiras acertadas de realizarem os projetos para a sociedade. Tal termo descreve não só suas atribuições, mas sua postura, comportamento e qualidades inerentes ao perfil profissional. Empreendedores não enxergam problemas, e sim possibilidades, provocando mudanças expressivas, não possuindo limitação para busca de mais recursos a eles destinados no momento. Com isso, ocorre um impacto social, transformando as dificuldades e obstáculos em realizações estruturadas de forma inovadora e audaciosa (GREGORY DEES, 1998).

Os gestores de esporte e lazer da AMEG, em sua maioria, 52,9% dos entrevistados, estão atuantes no cargo, entre um e dois anos. Os gestores de São Tomás de Aquino, Cássia e Capitólio, relataram ter exercido anteriormente o referido cargo e retomaram na última gestão a função do mesmo. Na tabela 1, os dezessete (17) gestores entrevistados, 64,7 % (11) possuem experiência no setor administrativo antes de exercer este cargo e 35,3% sem experiência no setor administrativo.

Portanto, associar o preparo técnico e experiências administrativas é um leque de vantagens e benefícios para o gestor que exercerá





seu cargo com mais aptidão em suas ações, e conseqüentemente, sua habilidade refletirá em resultados e oportunidades para a população.

**Tabela 1** – Teve alguma experiência no setor administrativo antes de exercer este cargo?

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Não	6	35,30
Sim	11	64,70
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>

Quanto à qualificação do gestor público municipal de esporte, 47,1% (8) possuem curso superior, 23,5% (4) ensino médio, 11,8% (2) curso técnico e outros cursos e 5,9% (1) ensino fundamental, de acordo com a Tabela 2.

**Tabela 2** – Qual a qualificação do Gestor Público Municipal do Esporte?

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
ensino fundamental	1	5,90
ensino médio	4	23,50
Técnico	2	11,80
Superior	8	47,10
Outros	2	11,80
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>

Gestores de Esportes, em geral, têm consciência da importância do esporte para a sociedade, porém os Profissionais de Educação Física são capazes de ter uma visão realista e fundamentada, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação, no qual o esporte e lazer se apresentam como temas centrais do curso, portanto,





estes profissionais têm conhecimento da luta pelo esporte e pelo lazer para conquistar a valorização e a necessidade no campo da saúde, rendimento e no desenvolvimento social.

No curso de graduação em Educação Física, são contempladas as competências e habilidades específicas na contribuição da formação de valores e princípios pessoais, que o indivíduo pode adquirir praticando o esporte e/ou lazer, como a socialização, cooperação, honestidade, tolerância, superação e vários outros, além da capacitação das concepções fisiológicas e psicológicas para a promoção de saúde e social.

Profissionais de Educação Física são capacitados para administrar o esporte público municipal com ampla bagagem de informações do ponto de vista técnico e administrativo, a respeito do esporte em suas diversas manifestações. São também interventores que consideram e administram o setor, com o intuito de fomentar e valorizar cada vez mais o esporte e o lazer, para uma sociedade ávida por seus benefícios, como elementos exclusivos do desenvolvimento humano.

Devido a esta demanda do desenvolvimento na área de administração esportiva, de conhecimento técnico e específico para gerir, diversas entidades profissionalizantes, sindicatos, ligas, associações e faculdades, oferecendo cursos de capacitação e especialização, de curta duração, de extensão universitária. E, em algumas graduações de Educação Física, a “administração esportiva” é parte integrante da grade curricular de ensino. Tais qualificações são favoráveis para preparar os profissionais a desenvolverem com maior eficácia suas funções.

Em diversos países europeus e nos Estados Unidos, há uma crescente tendência para o oferecimento cada vez maior de cursos de formação profissional específica já em nível de graduação, normalmente voltados às ciências do esporte, como licenciatura específica para a área de Gestão Esportiva (PIRES; LOPES, 2001; PITTS, 2001; MILLER et al., apud BASTOS, 2002, s/d, p. 3).



[...] Miller et al, apud Bastos (s/d, p. 3) apresentam as dez áreas de competência que formam o conteúdo central da formação do graduado em administração do esporte: dimensão sociocultural, administração e liderança, ética na administração, marketing, comunicação, orçamento e finanças, aspectos legais, economia, governo e experiência em campo na administração do esporte.

Embora seja de extrema importância para a concretização das ações esportivas nos municípios, a preparação para a gestão esportiva em âmbito e público e privado ainda é um fato pouco frequente na realidade brasileira. Segundo Botelho et al (s/d), o conhecimento produzido e acumulado pelos gestores promove o desenvolvimento na execução de políticas públicas. A capacitação científica e tecnológica, voltada para a gestão de políticas de esportes, proporciona auxílio favorável ao processo de elaboração e implementação de tais políticas, além de produzir novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento.

Do ponto de vista educacional, capacitar o gestor não significa solucionar os problemas existentes na administração pública, porém é uma alternativa verdadeira que irá minimizar e ajudar na solução de alguns.

É importante destacar, outro recurso de melhoria da gestão pública: a descentralização política e participação popular, temas comumente debatidos nos círculos políticos e acadêmicos, devido a sua maior agilidade e eficiência de implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e prioridades percebidas pela própria população, ou seja, participação social no planejamento dos objetivos e metas que são traçadas no plano diretor e também no acompanhamento do desenvolvimento das ações.

De acordo com Pinto e Marcelino (2008), o objetivo da descentralização da administração pública e de decisões é articular formas de democracia direta, na qual beneficiários participam na decisão de políticas, viabilizando a mediação entre o Estado e a sociedade civil. No



entanto, esta proposta de mudança, de caráter político-administrativo, não é uma simples transformação na maneira de administrar, pois exige organização e articulação direta no processo e muito envolvimento de gestores públicos e representantes civis.

Para que haja um processo de descentralização junto à participação social e político-administrativa, é necessário que a unidade descentralizada tenha, (BORJA, 1984 apud CKAGNAZAROFF, 2002):

- uma estrutura política deliberativa e representativa, preferencialmente baseada em eleição direta;
- autonomia no exercício das competências, ou seja, tomar decisões sem qualquer restrição, a não ser aquela de caráter estatutário;
- caráter global, não sendo limitada a uma especialização funcional;
- poder de decisão;
- capacidade de coerção para suas decisões serem atendidas;
- Recursos próprios transferidos sem a utilização final predefinida a não ser que o projeto se desenvolva pela própria unidade;
- uma coordenação, com acompanhamento, controle dos serviços que são prestados na sua área;
- desenvolvimento de novos mecanismos de participação, de atuação, de informação, comunicação entre o gestor e toda a equipe de trabalho.

A descentralização política é também uma alternativa para que se tenha maior participação popular, tornando-se assim uma gestão mais democrática atingindo e aproximando mais o cidadão das necessidades peculiares do território em que vive e também com melhorias resumidas na relação custo/benefício. A descentralização divide o poder absoluto, bem como tem atribuições próprias decorrentes de um poder central, antes centralizado.

No entanto, ainda não existe uma definição para o padrão de qualidade de gestão, cada representante administrativo encontra em seus limites dificuldades distintas, portanto, é propício estar em constante atualização profissional, buscando inovações da realidade predominante do meio administrativo e esportivo, mediante de cursos, palestras, especializações, seminários, dentre outras técnicas didáticas.





---

# 3

## CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DISPONÍVEIS

---







## **CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DISPONÍVEIS**

Verifica-se, com os resultados obtidos na presente pesquisa, intitulada “A REALIDADE PÚBLICA DO ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO RIO GRANDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS”, que a situação dos municípios pesquisados, quanto aos programas disponíveis para os diversos segmentos populacionais, é bem parecida em todos eles.

Em todos, nitidamente, verifica-se a falta de inclusão dos portadores de necessidades especiais e de outros segmentos, tais como: gestantes e idosos, para cuja fatia populacional não existe a destinação de nenhum programa esportivo ou de lazer.

Isto pode ser explicado pelo fato de que, ao assumirem, os gestores esportivos se remetem ao que lhes é imposto no momento, sem classificar o termo lazer, como direito adquirido de todos os cidadãos, que efetivamente conquistaram um tempo “livre” para a “ocupação” com atividades que lhes proporcionem diversão.

A palavra *leisure* surgiu no século XIV, com sentido de “oportunidade de fazer algo permitido”, porém o conceito moderno de lazer só veio a partir do século XVIII, com o surgimento do novo modelo econômico e o aumento da classe operária, enfim, a estruturação das fábricas. As experiências dos trabalhadores com as relações de trabalho promoveram a consciência da produtividade e a valorização deste trabalho, como resultado.

A indústria do entretenimento e a valorização do consumo, após a revolução industrial, geraram um modelo de produção que congregava indivíduos que sofriam com as mesmas contradições e problemas, e o ócio (tempo livre) gerou certas revoltas e conflitos.

Por volta do final do século XIX e início do século XX, começaram as disputas pela redução e regulamentação do tempo de trabalho, e as organizações operárias contribuíram para diversificar as possibilidades de lazer dos envolvidos nas relações de trabalho.



A industrialização não só aumentou a miséria, como reduziu o tempo e o espaço de diversão. Havia uma compreensão de que a pobreza era fundamental para manter o trabalhador ativo. O raciocínio era: se ele tiver muito dinheiro, trabalha menos e preenche o tempo livre com futilidades. Mais ainda, em uma dinâmica social em que a demonstração exterior de capacidade de consumo se apresentava como elemento de poder, não ter como pagar o que exibir era um importante indicador de inferioridade (MELO, 2005, p. 46).



**Figura 6** – Campo de futebol de Piumhi-MG, 2010.

O crescimento das cidades gerou o desenvolvimento de uma indústria para o transporte de mercadorias, e ainda no final do século XIX, a exaltação do internacionalismo foi entendido também como modo de diversão, mas que voltou a converter-se apenas para as classes mais abastadas.

Já a classe operária se organizava, nos tempos livres, em clubes, festejos comemorativos, e também o lazer cultural crescia, especialmente com o aumento do acesso à leitura e à escrita, após a entrada da mulher no mercado de trabalho. Por outro lado, a redução das horas de trabalho, como conquista dos trabalhadores, colaborou para o crescimento do lazer, com os salários aumentados.

Alguns outros apontamentos da construção da história e da sistematização do lazer e do esporte são relativamente recentes. Já no século XXI, uma série de questões conceituais precisam ser enfrentadas: a história das práticas corporais institucionalizadas precisam ser vistas a partir de uma perspectiva multidisciplinar, entrando no campo da sociologia e gerando posturas diversas.

Segundo Melo (2005), o que seria mais adequado utilizar: história do esporte, história da educação física e do esporte ou história das atividades físicas?

O avanço tecnológico e o fato de se ter um aumento significativo de consumo, produziu, conseqüentemente, uma reação natural da população mundial quanto à ideia de que o tempo das pessoas parece menor e o tempo de lazer, menor ainda.

Ainda nos dias atuais, constata-se que, mesmo sistematizada, a prática de esportes e lazer pela população em geral, reflete certa atitude de alienação, em que direitos não são procurados, necessidades não são atendidas, claro que por comodidade do poder público, mas também pela falta de busca da população, especialmente de segmentos específicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de extrema importância para considerar a qualidade de vida da população nos locais onde vivem os cidadãos.





Este índice é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e engloba três (3) critérios de avaliação: Escolaridade, Longevidade e Renda. Tais critérios são avaliados de 0 a 1, considerando que, quanto mais próximo do 1, maior será o IDH.

Pode-se analisar o IDH dos municípios da AMEG por meio do quadro abaixo.

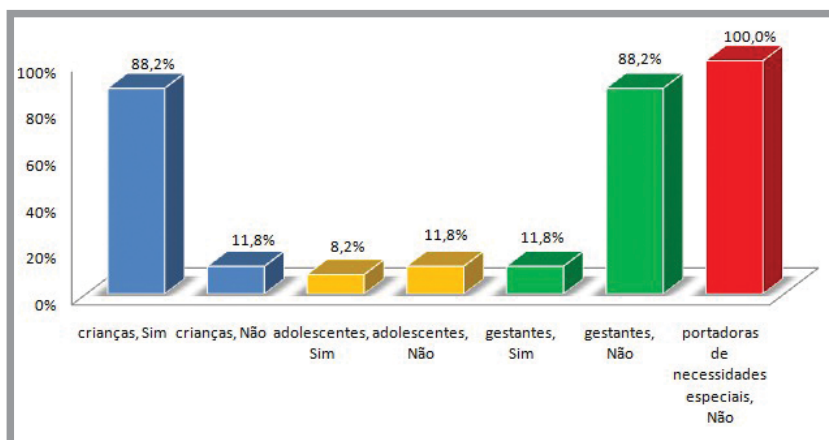
**Quadro 2-** Municípios da AMEG e o IDH, 2010.

Municípios	IDH
Capetinga	0,764
Capitólio	0,785
Carmo do Rio Claro	0,808
Cássia	0,777
Claraval	0,740
Delfinópolis	0,752
Fortaleza de Minas	0,765
Guapé	0,752
Ibiraci	0,762
Itaú de Minas	0,796
Passos	0,797
Piumhi	0,800
Pratápolis	0,772
São João Batista do Glória	0,770
São José da Barra	0,793
São Sebastião do Paraíso	0,812
São Tomás de Aquino	0,727

**FONTE:** BRASIL, 2009



Constatou-se que o segmento mais contemplado com as políticas públicas de esporte e lazer foram as crianças com 88,2%. Os projetos para gestantes e adolescentes perfaz apenas 11,8% e 8,2% respectivamente. Vale ressaltar que nos municípios da AMEG não são desenvolvidas políticas públicas para portadores de necessidades especiais, Figura 7.



**Figura 7** - Os projetos disponíveis nos municípios da AMEG, 2010.

Já para o segmento de gestantes e portadores de necessidades especiais, a exclusão se mostra claramente e os cidadãos não se mobilizam para uma cobrança aos gestores, segundo relatado pelos gestores de duas cidades.

A declaração de Salamanca (1994) congrega os governos e declara que os mesmos devem desenvolver projetos e encorajar a participação de pessoas portadoras de deficiências, fazendo provisão de serviços e acesso para as necessidades especiais.

Silveira (2008) observou que, no Brasil, a criação de estatutos e leis que tentam garantir a inclusão social, tais como o Estatuto das Pessoas com Deficiência – Decreto Lei no. 3.298/99 - ou a indicação da



modalidade de Educação Escolar a ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos Portadores de Necessidades Especiais – Lei no. 9.394/96. Tais leis desafiam a estabilidade das propostas de atividades motoras, que são realizadas apenas para grupos homogêneos. Enfim, estas leis analisam a diferença como problema e não como valor.

Os efeitos da exclusão também do segmento de idosos, em várias cidades, pode refletir em baixa qualidade de vida, já que este segmento apresenta-se em pleno aumento populacional, caracterizando, no país inteiro, não só na região estudada, uma nova perspectiva de políticas públicas a serem implementadas. Vale ressaltar, ainda, que este segmento populacional já tem constituído um estatuto específico, que visa garantir seus direitos sociais, também no âmbito esportivo e de lazer.

#### O Estatuto do Idoso garante que:

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, p. 8).

Quanto ao fato de o envolvimento das políticas públicas priorizar o âmbito social, a promoção da saúde, ou as atividades esportivas, constatou-se, com a pesquisa sobre “A REALIDADE PÚBLICA DO ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO RIO GRANDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS”, que a questão social e as atividades esportivas ainda se evidenciam mais do que a promoção da saúde.

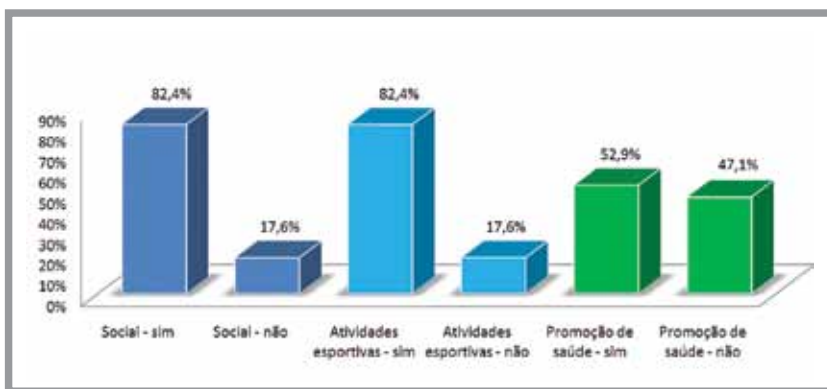
Quinze, dos dezessete gestores entrevistados, apontaram como prioridade a questão social. Esta evidência deve-se ao fato de que a





promoção da saúde é vista, por muitos gestores (segundo relato dos mesmos) como atribuição do gestor da saúde, e não do gestor esportivo. Houve, ainda, relatos de gestores esportivos que mostraram a “promoção da saúde” como consequência das atividades esportivas, olhando o “bem estar físico” da população; e a questão social estaria sendo atendida, com a aplicação de projetos sociais de lazer, olhando pelo lado do “bem estar emocional”.

Constatou-se que 82,4% dos municípios possuem programas e projetos na área social e esportiva, entretanto 17,6% não dispõem dessas atividades. Nas atividades direcionadas para a promoção da saúde, observa-se que 52,9% promovem ações e 47,1% dos municípios não promovem esse tipo de projeto.



**Figura 8-** Abrangência das políticas públicas de esporte na área social, promoção da saúde e esportiva, 2010.

A questão da realidade de pobreza e desigualdade social da região e do país é citada pelos gestores esportivos como assunto que gera, em caráter nacional, programas sociais para o desenvolvimento econômico e social. E a eles, gestores, cabe a administração, com poucos recursos, destes programas, fazendo o seu trabalho ter objetivos inatingíveis por fatores econômicos.





De acordo com Chemin (2011), acrescenta-se que o interesse local do município está relacionado com quem é o principal interessado, o cidadão, ou seja, tudo o que repercute de forma direta e imediata na vida municipal dos seus habitantes é de interesse local, é de predominância.

Na tentativa de se tratar de forma mais abrangente a questão da desigualdade social, vale ressaltar que a legitimidade das políticas públicas esportivas e de lazer está na capacidade dos municípios de lidar com suas demandas e com a busca de projetos e programas sociais, pelo próprio gestor municipal desta área.

De acordo com Soares e Caccia-Bava (2002), entre políticas econômicas e políticas sociais, somente muito recentemente vêm se incluindo as políticas de inclusão com caráter esportivo e de lazer.







---

# 4 INVESTIMENTO EM AÇÕES ESPORTIVAS

---



## INVESTIMENTO PARA AÇÕES ESPORTIVAS

O conhecimento produzido na área de esportes e lazer vem sendo construído historicamente pelos gestores esportivos dos municípios brasileiros. É importante conceituar município, para determinar quais as ações esportivas são de responsabilidade da Gestão Municipal. O município é uma entidade autônoma, que possui competências próprias, ao qual implicam obrigações e funções eminentemente sociais, é administrado de forma descentralizado e visa trabalhar pelo bem-estar de seus habitantes.

É o Município uma criação jurídica, que se assenta num princípio de direito natural. Base da organização política e administração do País, é, entretanto, a menor unidade territorial da Federação. Sua origem, mais de ordem sociológica que política, advém do espírito associativo do homem e de suas relações de vizinhança. Os clãs sedentários definiram os primeiros aglomerados com base territorial, que se estendia até os limites da caça e da pesca e, mais tarde, das pastagens para os rebanhos. Das relações de vizinhança com outros clãs, adveio o sentido dinâmico dos limites territoriais, nascendo daí o Município futuro (BRAZ apud CHEMIN, 2011, p. 71)

O município possui os poderes: executivo e legislativo, e, os responsáveis pelos diversos aspectos cotidianos são os gestores municipais, que são constituídos a partir de seus eleitores, que lhes atribuem a missão de realizar as necessidades dos cidadãos. Todos os municípios deverão ter um órgão do esporte, com o objetivo de desenvolver e incentivar a prática do esporte para todos os cidadãos, sem nenhuma distinção.

A incorporação de novos elementos culturais da sociedade vem, nas últimas décadas, permitindo a prática da democracia participativa. Os projetos de iniciativa popular e os conselhos municipais apontam possibilidades de preparação para o exercício da cidadania.



(...) de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns, evitando duplicações e coordenando as ações com vistas a ampliar o foco de atuação. Uma gestão democrática exige que os cidadãos envolvidos estejam devidamente comprometidos e com suas competências claramente estabelecidas, para poder influir nas decisões e fiscalizar a forma como as ações são realizadas (BRASIL, 2005, p. 39).

O fomento à produção e à expansão do conhecimento científico e tecnológico das políticas de esporte e lazer tem estimulado gestores a conquistarem programas diversos, buscando investimentos para os municípios. Nos municípios da AMEG, dezessete (17) ao todo, 88,2% possuem um órgão de esporte, ficando assim distribuídos: setor de esporte (17,6%), departamento de esporte (41,2%), diretoria de esporte (5,9%) e secretaria (23,5%), porém 2 municípios não possuem um órgão especializado de esporte.

Implantado e gerenciado pela Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é um programa, que foi criado em 2003. O problema gerador que ainda hoje justifica a sua existência é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.

As ações que integram o programa PELC têm como focos centrais a formação de agentes e gestores (municipais, estaduais, de Instituições de Ensino Superior públicas entidades privadas sem fins lucrativos) e o intercâmbio de conhecimentos e experiências em âmbitos nacional e internacional, particularmente estabelecido com a América Latina.

A principal justificativa para a consolidação do PELC é a conscientização dos parceiros a respeito da importância do investimento nas



políticas públicas de esporte e lazer, a fim de contribuir para que estas avancem do atual estágio de política de um governo para a dimensão mais ampla de política de Estado (BRASIL, 2003).

Contudo, 64,7% dos municípios da AMEG têm seus órgãos do esporte ligados ao Departamento da Secretaria de Educação Municipal, ou seja, não têm recurso próprio, e, conseqüentemente, não têm autonomia para desenvolverem e oferecerem atividades de esporte e lazer, necessárias para seus cidadãos.

Transformar setor, departamento e diretoria em uma Secretaria de Esportes é o objetivo de todos os gestores públicos do esporte, conforme relato informal de um dos gestores pesquisados: “há 2 anos estamos trabalhando para transformar o departamento em secretaria de esportes, pois precisamos aumentar o nosso quadro de professores de educação física, para o desenvolvimento dos projetos conquistados, nas nossas quadras...” Com isto, o município obterá mais recursos disponíveis, maior quantidade de profissionais de educação física trabalhando em prol do esporte, e ainda disponibilizará, para todos os cidadãos, vários projetos e ações, nos diversos locais públicos, como praças.

O Governo Estadual de Minas Gerais sancionou, em 2009, o ICMS Solidário - Critério Esportes - com a finalidade de desenvolver e estimular o esporte, pelos Índices Esportivos (IE). Todos os municípios mineiros, oitocentos e cinquenta e três (853) ao todo, têm algumas metas a cumprir: Criação do Conselho Municipal de Esporte, participação nos programas “Minas Olímpica; JIMI (Jogos do Interior de Minas Gerais); JEMG (Jogos Escolares de Minas Gerais), Nova Geração; Saúde da Praça, Oficina de Esportes; e a participação dos cidadãos em diversas modalidades esportivas.

O ICMS Solidário – Critério do Esporte, lei 18.030 de 12 de janeiro de 2009 - dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, em seu artigo 8º:





§ 1º - Somente participam deste critério os Municípios que instalarem e mantiverem em pleno funcionamento o Conselho Comunitário de Esportes, o qual deverá elaborar e desenvolver, em conjunto com a Prefeitura Municipal, os projetos destinados à promoção das atividades esportivas, bem como fiscalizar a sua execução (MINAS GERAIS, 2009).

Como procedimento para a conquista destes Programas, os gestores deverão enviar dados à Secretaria Estadual do Esporte e Juventude (SEEJ) e, mediante um cálculo entre a renda per capita e quantidade de habitantes, o município poderá receber um recurso mensal, no ano seguinte referente às atividades desenvolvidas, desde que sejam voltadas para o esporte.

Quanto ao recebimento de materiais esportivos, dos dezessete (17) gestores dos municípios pesquisados, onze (11) confirmaram o recebimento de material esportivo, cedido pelo governo estadual ou federal. Kits esportivos, bolas, redes, coletes e camisas, foram os itens mais citados pelos gestores.

Mas, para dar continuidade aos projetos e oferecer aos cidadãos um maior número de materiais para as práticas esportivas, os gestores relataram que encontram dificuldades, com os poucos recursos que o próprio município dispõe aos órgãos esportivos.







**Figura 9** - Academia Municipal de Musculação, Fortaleza de Minas-MG, 2010.

De acordo com os gestores públicos esportivos foram gastos na área esportiva 4.500 milhões, nos 17 municípios da AMEG, sendo que os valores gastos na área esportiva variam de município para município, conforme sua arrecadação. Certos municípios conseguem mais recursos devido aos projetos e programas estaduais e federais existentes em sua cidade. Isto interfere diretamente no recurso que seria destinado aos investimentos no esporte e lazer propriamente ditos, como a organização de eventos competitivos, treinamentos de novos talentos, atendimento a segmentos popula-



cionais diversos (portadores de necessidades especiais, gestantes), construção da infraestrutura física, etc.

A infraestrutura esportiva está direcionada também ao lazer, tendo sido democratizada após a revolução industrial devido à urbanização dos municípios brasileiros e às reivindicações da população aos gestores de forma geral.

Nos municípios da AMEG, essa realidade reflete as reais potencialidades econômicas da região e a capacidade de se desenvolverem políticas que resultem em espaços para tais práticas.

O desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer depende, obviamente, de infraestrutura física. Porém, cabe ao gestor da área esportiva, identificar oportunidades de ampliação e melhoria deste setor, tentando viabilizar programas e projetos de acesso público, que se transformem em reais benefícios para a população dos municípios.

Foi possível diagnosticar que alguns gestores utilizam artifícios empreendedores para manter uma qualidade melhor da estrutura física de esporte e lazer, fazendo acordos e ou parcerias com empresas. Em vez de subsídios, divulgam suas marcas no determinado local.



**Figura 10** - Ginásio Municipal de Esportes Paulo de Alcântara, Cássia-MG , 2010.

Tais empreendimentos vinculados com uma administração planejada resultam em desenvolvimento para a estrutura física, para aplicação dos projetos ligados ao esporte e lazer.

A infraestrutura esportiva é caracterizada em dois componentes: o espaço e equipamentos, porém, frequentemente esses conceitos se confundem. O espaço é o suporte para os equipamentos, construído de forma estática e física sobre o solo com o objetivo da prática esportiva (ginásios, quadras, campos, estádios). Os equipamentos são objetos móveis que organizam os espaços, sendo necessários para as atividades esportivas acontecerem (bolas, uniformes, tabela de basquete, trave de gol).

Geralmente, é inviável a prática de esportes e lazer sem espaços específicos para determinada modalidade e equipamentos adequados. É



necessário que a infraestrutura tenha condições apropriadas, ou seja, que o espaço destinado à prática do esporte e lazer não tenha buracos na pista, infiltrações nos ginásios, piscinas com azulejos danificados, parques com equipamentos quebrados, entre outros. É preciso que os indivíduos usufruam destas áreas, da infraestrutura de forma segura.

Entretanto, a diversidade das estruturas de esporte e lazer no município possibilita inúmeras práticas para a sociedade.

Nesta pesquisa, buscou levantar mais o componente do espaço, da infraestrutura esportiva dos municípios, de forma detalhada, levando em consideração a quantidade de locais esportivos e o estado de conservação, distribuídos nos seguintes espaços: quadra descoberta, quadra coberta, ginásio poliesportivo, campo de futebol, estádio de futebol, parque aquático e pista de atletismo, sem entrar muito em questões ligadas aos equipamentos. Os resultados foram apresentados sem detalhamento por município.

Algumas atividades, verificadas como “de interesse popular”, citadas por gestores de dois (2) municípios, como caminhadas organizadas, por exemplo, não exigem investimentos na área, e mesmo assim, não são fomentadas de forma sistemática nos municípios pesquisados. Acontecem, esporadicamente, a título de comemoração de alguma data, sem ter o envolvimento da busca pela constância, como uma atividade organizada pela gestão esportiva, em caráter contínuo.

A Lei nº 9.615/98, conhecida popularmente como Lei Pelé, incentiva o esporte como uma construção socialmente desenvolvida, integrante da cultura da humanidade, que possui um caráter educativo, pois disciplina e orienta hábitos pessoais. É um incentivo para os gestores buscarem mostrar à população de seus municípios, como a cultura tem uma dimensão ampla, a ponto de inserir esporte e lazer em um contexto único, e ainda promover aspectos educativos.

A questão de promoção e preservação da saúde também é um objetivo mobilizador de práticas esportivas, que incentivam órgãos públicos na busca de programas e projetos que atendam às necessidades da sociedade, coletivamente, almejando efeitos de prevenção de doenças e gerando investimento no bem estar social da população.





**Figura 11** – Parque Aquático de Pratápolis-MG, 2010.

Na próxima tabela, 14 municípios possuem quadra descoberta, ginásio poliesportivo e estádio de futebol, 11 municípios possuem campos de futebol, 9 possuem parque aquático e somente 4 municípios dispõem de pista de atletismo.

Ressalta-se que apenas 1 município dispõe entre 6 e 10 quadras cobertas e campo de futebol, 2 possuem mais de 11 quadras descobertas. Mesmo não sendo citado na tabela abaixo, foi constatado que 2 municípios não possuem os sete espaços físicos.

**Tabela 3** – Infraestrutura pertencente aos municípios da AMEG, 2010.

<b>Espaço Físico</b>	<b>quadra coberta</b>	<b>quadra descoberta</b>	<b>ginásio poliesportivo</b>	
1 a 5 unidades	8	14	14	
6 a 10 unidades	1	0	0	
mais de 11 unidades	0	2	0	
não possuem	8	1	3	
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	

<b>Espaço Físico</b>	<b>campo de futebol</b>	<b>estádio de futebol</b>	<b>pista de atletismo</b>	<b>parque aquático</b>
1 a 5 unidades	11	14	4	9
6 a 10 unidades	1	0	0	0
mais de 11 unidades	0	0	0	0
não possuem	5	3	13	8
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

Diante dos resultados apresentados, espera-se que o gestor público esportivo tenha atenção especial na parte da infraestrutura esportiva, cuidando com austeridade, principalmente da manutenção dos diversos locais de atividades físicas e lazer, tais como: ginásios poliesportivos, praças esportivas, estádios de futebol, quadras esportivas e outras, para realização regular das práticas esportivas e de lazer.

“Além da luta para a obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes” (MARCELLINO, 2002, p. 33).





A construção e/ou reformas de espaços para a prática de esporte e lazer são de custos muitas vezes desconhecidos pelos gestores municipais, pela falta de orçamentos planejados, demonstrando falta de experiência na condução do custo benefício, logo, preservar é um meio de economia e previne aborrecimentos à sociedade, que é a mais prejudicada na circunstância. Entretanto, a destruição de uma área pública pode ser proveniente dos membros da população. Interroga-se: quais motivos levam a tais práticas?



**Figura 12** – Ginásio Municipal Poliesportivo João Barbosa, Guapé-MG, 2010.

Diante desse detalhe expressivo, faz-se necessário verificar o estado de conservação da infraestrutura existente na AMEG, em virtude do investimento realizado de forma desarticulada pelos setores competentes.



Os gestores de esporte dos municípios da AMEG relataram, sem exceção, sua preocupação com a manutenção periódica de seus espaços suas quadras, ginásios, praças de esporte, campos, etc. Para que essas áreas sempre se mantenham conservadas e em pleno estado de funcionamento, e a população possa desfrutar, tanto para o simples lazer, como para treinamento desportivo, e até mesmo profissional, este gestor precisa de habilidade técnica esportiva suficiente para saber quais as obras de infraestrutura faltam em sua cidade, levando em conta o contexto social do município, fazendo divulgação para que um número razoável da população faça usos dos espaços, enfim, gerindo com eficácia, para que políticas públicas de esporte e lazer estejam disponíveis a todos os segmentos da população.

Nesta pesquisa à região da AMEG, verificou-se que a maioria dos municípios, 58,8% (10) ao todo, utiliza os espaços para outros fins, como: shows, festas, quermesses, casamentos, rodeios, missas, cultos, atividades culturais. Essas atividades não têm características esportivas.

Em alguns dos municípios, são cobradas taxas para tais realizações, porém não há uma fiscalização para a destinação desta verba. Os gestores, questionados quanto a esta taxa, relataram que o recurso arrecadado nestas ocasiões geralmente custeia apenas a limpeza do local, ou ainda, alguma pequena reforma necessária. Sendo que, 41,2% (7) não utilizam a estrutura física de esporte para outros fins, conforme a Tabela 4.

**Tabela 4** - A estrutura física é utilizada para outros fins?

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Sim	10	58,80
Não	7	41,20
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>







Em relação aos parques para o lazer infantil e adulto, verificou-se que o baixo fluxo de pessoas nestes parques municipais se deve ao desgaste dos mesmos, o que acaba gerando um círculo vicioso, pois a frequência demanda manutenção, e, de outro lado, os gestores abordaram, informalmente, que a baixa frequência denota falta de interesse da comunidade municipal.

No que tange às praças de esportes, a pesquisa revelou que 47,1% (8) dos municípios da AMEG possuem de uma a três praças de esportes, no entanto, uma cidade não disponibiliza o acesso para todos os cidadãos.

Quanto a espaços alternativos (pista de skate, espaços para a prática de atividades físicas não convencionais, etc). Na Tabela 5, constatou-se que 64,7% (11) dos municípios possuem de um a três espaços alternativos, sendo que dois destes municípios não são abertos para toda a população, e 35,3% não possuem espaço alternativo.

**Tabela 5** – Espaço alternativo pertencente aos municípios da AMEG, 2010.

	Frequência	Porcentagem
1 a 3 espaços alternativos	11	64,70
não possuem	6	35,30
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>

Em um contexto geral, o espaço físico de esporte e lazer, independente de estar sendo utilizado ou não para projetos públicos, deve ter um horário reservado e supervisionado para que a população possa fazer uso dele, de maneira que não vincule os outros horários comprometidos com uma modalidade ou programa.





Pode-se inferir que a inexistência de infraestrutura esportiva e de lazer para o desenvolvimento de políticas públicas e atendimento à população, em geral, está relacionada ao baixo número de praticantes, de ações e programas na área esportiva e de lazer.



**Figura 13** - Pista de skate no município de São José da Barra – MG, 2010.

Conclui-se que a infraestrutura de esporte e lazer público municipal é um elemento que revela o envolvimento do gestor, com suas atribuições, influencia diretamente no desenvolvimento das políticas públicas, ações promotoras da saúde e competições locais, regionais ou estaduais.



---

# 5 O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO

---



## O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO

Antes de abordar o assunto em questão, é necessário fazer uma reflexão sobre a Política Nacional do Esporte, documento criado após um amplo debate nacional sobre o esporte, discutido na 1ª Conferência Nacional do Esporte em 2004, com a participação de aproximadamente 83 mil pessoas nas várias etapas distribuídas em todo o país (BRASIL, 2004). Com objetivos apontados para democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população, promover a construção e ao fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente, descentralizar a gestão pública de esporte e lazer, fomentar a prática esportiva tanto de caráter educativo quanto participativo, estendido a toda a população, fortalecendo a identidade cultural esportiva, com ações e políticas integradas com outros segmentos, incentivar o desenvolvimento e aprimoramento dos talentos esportivos, de forma democrática (BRASIL, 2004, p. 33).

Na perspectiva das ações estratégias, a Política Nacional de Esporte traçou dezoito (18) ações, ampliando seu desenvolvimento articulado com os estados e municípios, no cumprimento da política pública do esporte e lazer. São ações que tratam, desde a capacitação profissional, acesso e inclusão ao esporte, desenvolvimento do conhecimento e ciência, até a ampliação e modernização da infraestrutura para as práticas esportivas.

Com um olhar acadêmico e técnico, o questionário desenvolvido na pesquisa A REALIDADE PÚBLICA DO ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO RIO GRANDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS trouxe à tona a real situação, as ações e as perspectivas quanto às práticas das políticas públicas esportivas aplicadas nos municípios pesquisados.

Para a análise das políticas públicas de esporte e lazer na região da AMEG, torna-se necessário pensar a dinâmica social imposta pelo sistema político e econômico, que caracteriza cada município em particular, e também a região como um todo.





O real sentido do esporte e do lazer, como práticas sociais, algumas vezes, é utilizado como plataforma política, sem que a continuidade dos projetos propostos seja efetivada no decorrer da gestão em alguns municípios pesquisados, como retrata Zingoni (2003, p. 34):

As políticas públicas de esporte em nosso meio, muitas vezes ainda são traduzidas como políticas de atividade, de doação de material esportivo, ou de cessão de equipamentos esportivos, sem, contudo, haver a participação humana, que é a vida destes equipamentos. Aliado a isso, ainda existem as Secretarias de Esportes que reforçam as desigualdades sociais, a banalização do lazer, a política clientelista e de privilégios.

Em cada processo que formula políticas públicas, é envolvida a discussão e identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública.

Carvalho et al (2002), ressalta a importância das decisões do Estado junto à sociedade civil para regulamentar direitos sociais e formular uma política pública de acordo com as demandas e as necessidades dos envolvidos.

Os municípios, como espaços democráticos, onde são implementadas políticas públicas, pertencem a todos os cidadãos, e estes, por meio de seus representantes, participam da discussão e definição de políticas públicas específicas, usufruindo do desenvolvimento, em uma cidadania organizada.

No entanto, verifica-se, pelo questionário aplicado para os gestores esportivos da região da AMEG, que nem sempre existe uma participação da comunidade na sugestão de políticas públicas para o esporte e lazer. Do ponto de vista da administração e da política





nacional do esporte, a participação da comunidade, em geral, torna o processo de desenvolvimento mais global e de acordo com as expectativas de cada município.



**Figura 14** – Ginásio Poliesportivo Maurício Goulart, São Tomás de Aquino-MG, 2010.

A realidade dos resultados da pesquisa aponta para a participação mínima dos cidadãos dos municípios, e, conseqüentemente, de pouca oferta de atividades de esporte e lazer, com um número baixo de profissionais disponíveis para a aplicação de tais políticas.

Na maioria dos municípios pesquisados, aumenta o inchaço populacional, devido ao reflexo da sociedade capitalista: êxodo rural, crescimento desordenado dos bairros nos subúrbios, dentre outros fatores



ligados à globalização, que culminam em vulnerabilidade social para a fatia da população que se vê inserida no contexto da falta de atividades de lazer, fator que ocasiona diversos tipos de violência, especialmente entre adolescentes e jovens.

Por isso, esporte e lazer precisam estar à disposição das comunidades, com políticas para criar espaços de convivência, fomentar atividades de inserção social pelo esporte, organizar o lazer dirigido às diversas fases da vida dos cidadãos.



**Figura 15** - Quadra descoberta do município de São João Batista do Glória-MG, 2010.





De acordo com Marcelino e Almeida (2009), é fundamental a interação da comunidade nos espaços públicos de lazer. Isso possibilita uma melhor qualidade de vida pela prática esportiva e da recreação.

Conforme Linhales (2001), nas administrações públicas, o esporte encontra-se diluído em setores sociais, que o instrumentalizam para os mais variados fins, como, por exemplo, atividades complementares em políticas educacionais e de saúde

Dentre as dezessete cidades, que representam a AMEG, existem 138 (cento e trinta e oito) funcionários ligados aos departamentos ou secretarias de esporte e lazer. Deste total, 43,49% (60) são graduados, 24,63% (34) serviços distintos, 18,11% (25) são acadêmicos/estagiários, 8,70% (12) possuem pós-graduação e 5,07% (7) técnicos, conforme Tabela 6.

**Tabela 6** - Profissionais que atuam na área esportiva no município.

Profissionais	Frequência	Porcentagem
Técnico	7	5,07
Graduado	60	43,49
Pós-graduado	12	8,70

O trabalho, na atual sociedade, muitas vezes é exaltado de forma errônea, tornando-se local de exploração e alienação, o que dificulta a função do lazer, como compensação do próprio trabalho. O lazer é um termo carregado de preconceitos, como uma atividade supérflua e desnecessária, tratado com descaso por alguns gestores e políticos.

Como se sabe, fisiologicamente falando, não é levado em conta que o lazer na vida do indivíduo é uma prática que envolve uma série de benefícios para o desenvolvimento e amortece a relação entre capital e trabalho.





Não há dúvida de que as políticas públicas de esporte e lazer apontam para que seja enfatizada a importância das atividades recreativas em grupo, ressaltando inclusive o papel da família como incentivadora de passatempos e aproveitamento adequado das horas livres.

Magnani (1998), apud Noronha (2009, p. 22), diz que:

“Estudos realizados no final da década de 1980, tratam de como as famílias davam sentido a esses tempos. Em seu trabalho de campo, destacou que o tempo de lazer tem sentidos diferentes, considerando sexo, idade e estado civil”.



**Figura 16** - Arena Olímpica, São Sebastião do Paraíso-MG, 2010



As Secretarias (ou outros órgãos responsáveis pelo esporte e lazer) dos municípios pesquisados são administradas por gestores esportivos que trabalham interligados com o gestor da Secretaria de Educação, e possuem atribuições específicas para melhor atender às demandas da comunidade, nas várias dimensões que o esporte e o lazer se manifestam. Existe intenção de superar o que foi constatado no diagnóstico da área no início da gestão, conforme relato da maioria dos gestores esportivos, onde “as ações são voltadas somente para a realização de eventos, evidenciando-se o esporte de rendimento, em determinados municípios”. Todos relataram a apresentação de propostas, porém, estes gestores sofrem alguma dificuldade para a implantação, desenvolvimento e manutenção de seus projetos. A principal dificuldade encontrada está relacionada “à falta de recursos humanos e orçamentários”. Vale ressaltar, que, anteriormente, foi abordada a importância do gestor não ficar de braços cruzados, sendo um mero coadjuvante diante desta dificuldade apresentada pelos entrevistados, mas fazer valer o cargo assumido e colocar em prática todas as habilidades, competências e criatividade, para solucionar a dificuldade citada.

Quanto ao Plano Diretor para a implantação e sequência das políticas de esporte e lazer, foi constatado que tais políticas teriam sido estabelecidas em conjunto com a gestão do município, por ocasião da entrada dos gestores em seus respectivos cargos.

Legalmente falando, somente a partir de Constituição de 1988, foi que a área do esporte e do lazer foram contemplados como direitos sociais e, por esta conquista ser relativamente recente, muitas vezes por falta de experiência administrativa e conhecimento legislativo, alguns gestores esportivos ainda esbarram na dificuldade de impor o funcionamento e desenvolvimento dos projetos que o município demanda.

Dos protagonistas pesquisados, 41,2% (07) apresentam um Plano Diretor formalizado, estruturado e seguem, dentro das possibilidades financeiras, o cronograma de atividades propostas.

Não justifica o fato da conquista do esporte e lazer como política pública ser uma novidade para os gestores, mas o fato de 58,8% (10)





municípios ainda não possuem um Plano Diretor para o setor de esportes caracteriza a falta de mobilização, integração, compromisso e vontade entre a gestão municipal, como um todo, veja tabela abaixo.

**Tabela 7** - Há um Plano Diretor esportivo no seu município?

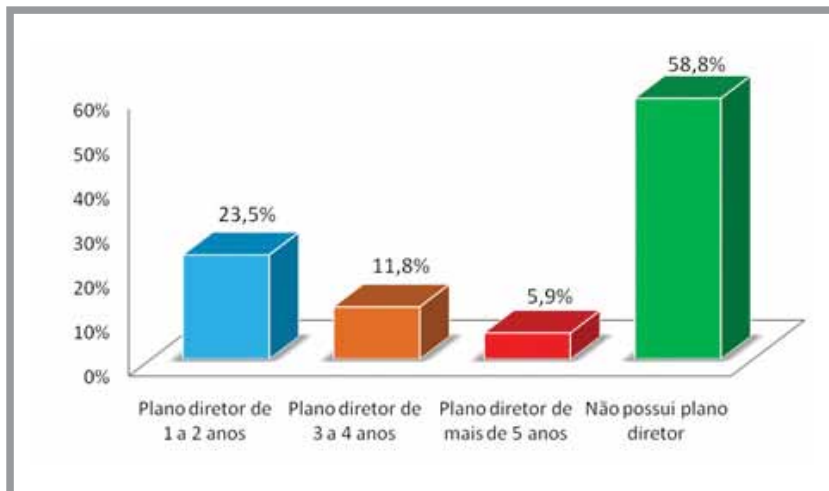
	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	7	41,20
Não	10	58,80
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>

A gestão municipal precisa contemplar e integrar todas as áreas, com poder de aprovar projetos, de acordo com o diagnóstico apurado.

Existem municípios, cujo Plano Diretor ainda está em discussão, ao passo que existe um município da região pesquisada, na qual o Plano Diretor já vem norteando as políticas públicas de esporte e lazer há dez (10) anos, desde sua implantação.

Mais da metade (58,8%) não possuem plano diretor, 23,5% possuem o plano diretor de um a dois anos, 11,8% de três a quatro anos e 5,9% há mais de cinco anos.





**Figura 17** – Plano diretor esportivo nos municípios da AMEG, 2010.

Entre outras evidências registradas no estudo da gestão esportiva dos municípios da AMEG, verifica-se a questão das prioridades diversificadas, de município para município. Na maior parte dos municípios, ainda não existe o oferecimento de ações para todos os segmentos (crianças, jovens, adultos, terceira idade e portadores de necessidades especiais), além da questão do atendimento à população urbana, da periferia e rural.

Incorporadas à dinâmica da cidade, as práticas de lazer e esportivas como direito assegurado de cidadania deveriam ter a representatividade de um Conselho Municipal de Esportes. Tal órgão tem poder consultivo e deve ser referência para as questões legais e de funcionamento de programas e projetos, quando novos projetos são implantados nos municípios. No questionário respondido pelos gestores esportivos, ficou claro que, 29,4% (5) municípios tem Conselho Municipal de Esporte em perfeito funcionamento, enquanto, 70,6% (12) cidades não possuem o Conselho de Esportes, conforme tabela ao lado.



**Tabela 8** - O município possui Conselho Municipal de Esporte

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	5	29,40
Não	12	70,60
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>

Quanto ao município ser filiado a alguma entidade esportiva, seja liga, federação ou associação, observa-se que 76,5% (13) mantêm essa prática esportiva, porém 23,5% (4) municípios da AMEG não se filiaram a entidades esportivas, independente da média populacional destes municípios da região.

Segundo Zingoni (2003), o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais pela Constituição Brasileira, mas a gestão desses setores tem menor importância nos planos de governo devido à falta de uma política pública nacional capaz de criar uma nova ética voltada para a utilização dos recursos públicos nesses campos.

Em relação às parcerias entre municípios e outros órgãos públicos, e também com empresas, destaca-se que 58,8% (10) cidades desenvolvem projetos de atividades variadas em geral, dentre os (17) pesquisados.

As práticas sociais ligadas ao desporto devem ser envolvidas em diversos contextos e ter atividade dinâmica, a fim de mobilizar uma grande parcela da população, observando as faixas etárias envolvidas. As cidades pesquisadas, firmaram convênios de caráter variado, articulando com diversas instituições, tendo em vista a promoção da inclusão de indivíduos com realidades diversas. Tanto nas instituições conveniadas de órgãos públicos, quanto no setor privado, como empresas de grande porte, houve a notória ação, relatada pelos gestores esportivos, demonstrando interesse em desenvolver a responsabilidade social.

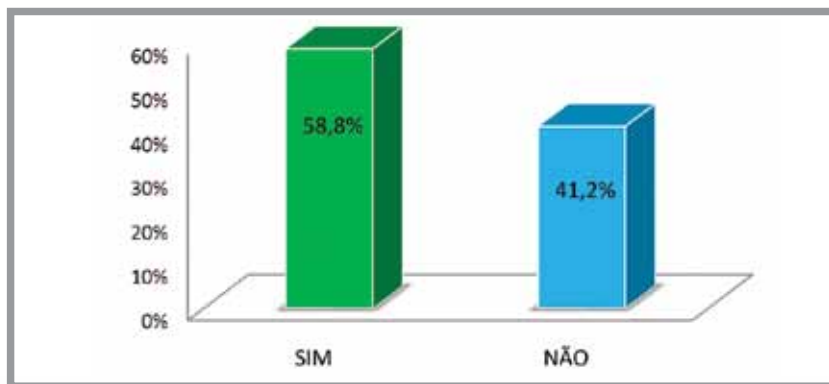




Exemplificando, o Programa Minas Olímpica Nova Geração, desenvolvido em aproximadamente 150 municípios do estado de Minas Gerais, foi implantado em 36% (6) municípios da região da AMEG, entre os quais o município de Passos, através da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), por intermédio da Faculdade de Educação Física (FADEF). Conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Passos, no que diz respeito às bolsas para acadêmicos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, História, Nutrição e Pedagogia. Atende 400 educandos entre 10 e 15 anos de ambos os sexos, divididos em quatro (04) núcleos, em Passos, com atividades diárias nos eixos esporte, saúde integral e pedagogia/artes.

Dentre os municípios que não possuem parceria, seja com órgãos públicos ou privados estão representados por 42% (7), dentre os dezessete (17) pesquisados. Não há fatores correspondentes que determinem a falta de parcerias destes municípios com o poder público ou mesmo com empresas privadas.

Na Figura 18, observa-se que 58,8% (10) dos municípios pesquisados participaram de parceria executada por outro órgão, enquanto, 41,2% (7) não concretizou parceria para o desenvolvimento de ações, projetos e programas na área do esporte.



**Figura 18** - Parcerias entre os municípios da AMEG e outros órgãos, 2010.



Existem alternativas de gestão esportiva, executadas por determinadas prefeituras, que dizem respeito à infraestrutura organizacional e à preparação técnica de equipes esportivas, cujas funções não determinam a busca por programas ou projetos, independentes de serem executados com ou sem parcerias.

As dimensões esportivas mais fomentadas pela área de esporte de todos os municípios da AMEG são basicamente três: Escolinha, Treinamento e Projeto Social vinculado ao Esporte.

Quando questionados sobre a participação em algum programa esportivo do poder público estadual e federal, 50% (8) dos gestores relataram que não firmaram convênio; 25% (4) possuem parceria com o Programa Minas Olímpica Nova Geração; 12,5% (2) o Programa Segundo Tempo, 12,5% (2) divididos em: Programa Minas Olímpica, sendo: Nova Geração, Oficina de Esportes e Saúde na Praça e JIMI - Jogos do Interior de Minas Gerais, segundo a Tabela 9.

**Tabela 9** - Participação em programas públicos de esporte e lazer.

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Sim, Minas Olímpica Nova Geração	4	25,00
Sim, Segundo Tempo	2	12,50
Não	8	50,00
Sim, Minas Olímpica: Nova Geração, JIMI, Oficina de Esportes e Saúde na Praça	1	6,25
Sim, Minas Olímpica: Nova Geração e Saúde na Praça	1	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,00</b>
<b>Dados perdidos</b>	<b>1</b>	







As modalidades esportivas fomentadas nos municípios da AMEG são semelhantes à realidade nacional. Existe uma frequente prática das modalidades de futsal, handebol, futebol, vôlei e basquete. Os brasileiros, particularmente, demonstram preferência por esportes com bola, movimentação e participação coletiva (SANTOS et al, s/d).

Neste sentido, a Tabela 10, demonstra que 82,4% (14) dos municípios fomentam o futsal e futebol, 64,7% (11) o handebol e atletismo, 58,8% (10) o voleibol, 47,1% (8) a natação, 35,5% (6) o basquetebol e por último 23,5% (4) o xadrez.

**Tabela 10** - Quais as modalidades esportivas são fomentadas no município?

<b>Modalidades esportivas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Futsal	14	82,40
Futebol	14	82,40
Handebol	11	64,70
Atletismo	11	64,70
Voleibol	10	58,80
Natação	8	47,10
Basquetebol	6	35,30
Xadrez	4	23,50

A incidência registrada de tais modalidades é comum em âmbitos escolares e em programas de esportes dos municípios, no entanto o futebol e o vôlei se distinguem em aspectos da realidade mencionada, pois ambos conquistaram espaço de destaque em nível profissional.

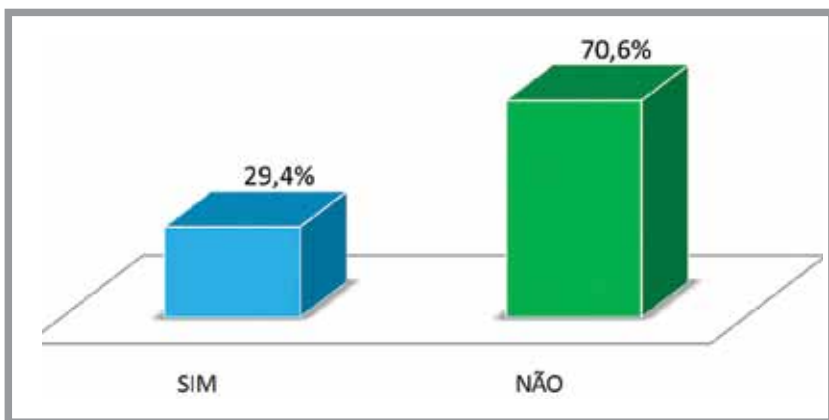
Seria importante que houvesse mais programas com o objetivo de descoberta de talentos esportivos, pois, ao longo da experiência profissional desenvolvida com crianças e adolescentes, muitos educandos





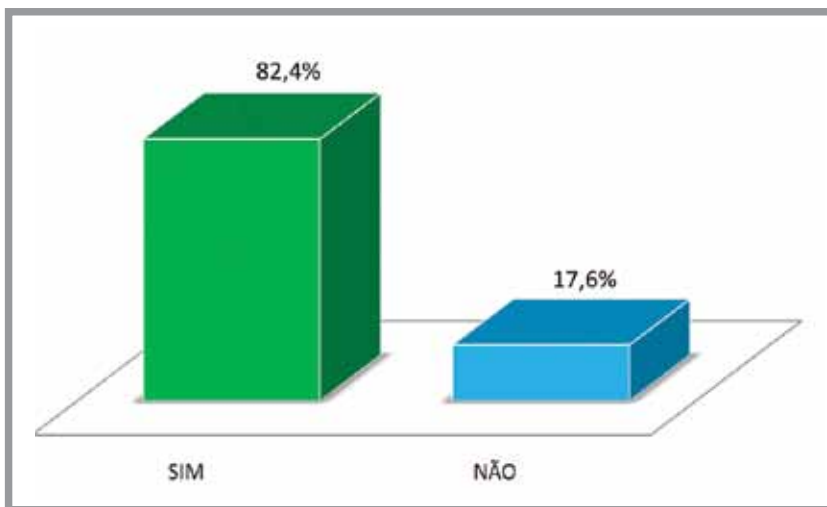
almejam oportunidades de se especializarem e, oportunamente, se profissionalizarem como atletas.

Nos municípios associados à AMEG, constata-se que há carência de programas e projetos para descobertas de talentos e a condição existente é encaminhar potenciais talentos para testes em clubes e entidades esportivas, predominando a modalidade futebol, conforme se observa na Figura 19, onde somente 29,4% dos municípios apresentam projetos de detecção e desenvolvimento de talentos.



**Figura 19** - Projetos de detecção e desenvolvimento de talentos nos municípios da AMEG, 2010.

Os resultados apontam que 82,4% (14) dos municípios possuem esporte de base com ações, projetos e programas executados, enquanto 17,6% (3) dos municípios não possuem esporte de base, retrata na Figura 20. Os profissionais de Educação Física têm conhecimento e consciência da importância do esporte de base para o desenvolvimento físico e motor, além do crescimento tático e técnico dos praticantes. Sendo assim, torna-se oportuno e necessário fomentar o desenvolvimento de forma planejada e estruturada dessa dimensão nos municípios da AMEG.



**Figura 20** - Projetos de esportes de base nos municípios da AMEG, 2010.

Os esportes de base desenvolvem o início de cada prática de treinamento para os cidadãos que estão se inserindo em modalidades esportivas. É comum as crianças variarem em modalidades distintas, pois estão descobrindo o esporte com que se identificam, exigidos delas resultados como os dos atletas de rendimento, porém devem evoluir no aprendizado.

Em aspectos gerais o esporte de base é uma modalidade que ensina os princípios básicos para os praticantes e enfatiza as habilidades motoras de forma prazerosa. Como cita Melo (2005), insistir no caráter lúdico da prática esportiva significa recuperar o sentido de júbilo, prazer, de festa que pode haver nessa prática. Portanto, é momento de conquistar o protagonista, para que seja adepto do esporte ou de qualquer outra atividade física, instigando neles hábitos saudáveis.

Atualmente, nos municípios pesquisados, existem algumas oportunidades oferecidas para a terceira idade, em termos de atividades físicas, considerando os diversos benefícios físicos e sociais, que são



proporcionados à população idosa, em especial para este segmento, atendido pelas políticas públicas de esporte e lazer, no que diz respeito à prevenção de doenças. No Estatuto do Idoso (2003), o esporte é, mais uma vez, garantido como direito para estes cidadãos.

Okuma (1998) define envelhecimento como um processo biológico cujas alterações determinam mudanças estruturais no corpo e, em decorrência, ocorre a modificação de suas funções.

Há um constante aumento da expectativa de vida dos brasileiros, devido ao aumento da qualidade de vida. A população introduziu, em suas rotinas, hábitos mais saudáveis, e o esporte está inserido em diversas alternativas na condução de boas práticas.

Dos municípios da AMEG que oferecem as atividades físicas direcionadas para a terceira idade, aparecem, dentre os municípios pesquisados, as seguintes modalidades: natação, ginástica, dança, vôlei adaptado, hidroginástica e caminhada.

É preciso, portanto, em toda a região da AMEG, segundo relato de gestores esportivos, a indicação de parâmetros do governo federal, bem como de maiores investimentos, para que a democratização do esporte possa ser, de fato, conquistada por todos os cidadãos.

Segundo Castellani Filho (2007), a reconceituação da idéia de desenvolvimento do esporte abriu a possibilidade de identificá-lo como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível de ser apreendido.

Sabe-se que para o desenvolvimento, seja no setor esportivo, ou em qualquer outro, o trabalho em equipe e a participação da comunidade são de extrema importância.

Redes sociais, que representam a articulação do poder público esportivo, com participação de outros órgãos governamentais, ou com comunidades organizadas, podem defender e favorecer a consolidação de políticas públicas esportivas, que atendam às necessidades dos cidadãos.



O significado da palavra participação é tomar parte, fazer parte e ter parte em algum empreendimento. Portanto, é preciso que todos os parceiros, a comunidade e seus jovens, tomem parte, façam parte e tenham partes (NORONHA, 2009).

Desafios esportivos mobilizam o poder público e a sociedade brasileira e irão exigir diretrizes e propostas no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, por ocasião da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016) que serão realizadas no Brasil. Segundo dados do Comitê de Monitoramento da Copa (2014), no primeiro ciclo de preparativos, entre 2009 e 2010, foram definidos os projetos de infraestrutura da Matriz de Responsabilidades assinada pelo governo federal com estados e municípios: 12 estádios; 50 projetos de mobilidade urbana, 25 para construção, reforma, ampliação e modernização de 13 aeroportos e sete para portos. O segundo ciclo (2010/11) engloba os projetos de infraestrutura, de suporte e de serviços: segurança pública, infraestrutura turística, energia, saúde, sustentabilidade ambiental e promoção e comunicação do país. O terceiro ciclo (2011/2013) será de operação e ações específicas, envolvendo malha aérea operação aeroportuária e portuária, transporte e mobilidade urbana, fornecimento de energia, saúde, prevenção e pronto-socorro e estruturas temporárias para a Copa.

Já para as Olimpíadas (2016), a campanha Rio 2016 começou tímida. Mas, com o tempo, a candidatura carioca entrou nos eixos. Fica claro, portanto, que, para quaisquer realizações esportivas, existe a necessidade de uma gestão participativa, que demanda o envolvimento de gestores sérios e comprometidos com os empreendimentos que irão beneficiar a população, bem como o país, como um todo.

O Estado tem o dever de ser o provedor da sociedade. Não se pode avançar na área social sem ele e sem a cooperação da sociedade.

O Brasil tem um esporte profissionalizante, mas não humanizador. Inverter o papel requer esforço e essa inversão está exposta nesse trabalho.

A realização da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), no Brasil, é um banquete para os brasileiros a ser servido na mais fina





prataria. Momento de euforia passageira. No entanto, a alegria duradoura acontece com a refeição trivial no cotidiano. É preciso, pois, investir no esporte do dia-a-dia em todas as suas modalidades e para todas as classes sociais de todas as faixas etárias.





## REFERÊNCIAS









AMEG. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE. **Informações Gerais**. Passos-MG, setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.ameg.org.br/pages/empresa.php>>. Acesso em 02 dez. 2010.

BASTOS, F. C.; MARONI, F. C. **Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil**. Motrivivência, São Cristovão, v. 15, n. 20/21, p. 295-306, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art217>>. Acesso em 10 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei “Pelé”**. Lei nº 9615 de 24 de março de 1998, com alterações da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 e da Medida Provisória nº 2.141, de 23 de março de 2001. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.



\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Programa esporte e lazer da cidade.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>>. Acesso em: 06 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional do Esporte.** Brasília, DF: Ministério do Esporte. 2005.

\_\_\_\_\_. I Conferência Nacional do Esporte. **Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano: documento final.** Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

BOTELHO, M. A. et al. **A gestão do conhecimento esportivo: a experiência da biblioteca da Seme.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a14v36n1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CARVALHO, A. M. et al. (Org.). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTELLANI FILHO, L. (Org.). **Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais.** Campinas SP: Autores Associados, 2007.

CHEMIN, B. F. **Políticas Públicas de Lazer: o papel dos municípios na sua implementação.** 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CKAGNAZAROFF, I. B. **Reforma gerencial e o papel do gestor público: ator de mudança ou de resistência?** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa, Portugal. Anais... 2002.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994.** UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2010.



DEES, J. G. **O significado do “empreendedorismo social”**. 1998. Disponível em: <[http://aprendiz.uol.com.br/downloads/educacao\\_comunitaria/significado.pdf](http://aprendiz.uol.com.br/downloads/educacao_comunitaria/significado.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2006.

LINHALES, M. A. **Jogos da política, jogos do esporte**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/cec/significadoempreendedor.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

MARCELINO, N. C.; ALMEIDA, M. P. (Org.). **Brincar, jogar, viver: Programa de Esporte e Lazer da Cidade**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MELO, L. L.; HÚNGARO, V. **Gestão Pública de Esporte e Lazer: uma análise crítica**. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/271.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011. .

MELO, M. P. **Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MINAS GERAIS. **Diário do Executivo**. Lei 18030 de 12 de janeiro de 2009, ICMS Solidário e ICMS Ecológico. 2009. Disponível em: <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pes\\_quisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=Lei&s2=18030&s3=2009&s4=&s5=>](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pes_quisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=Lei&s2=18030&s3=2009&s4=&s5=>)>. Acesso em 07 abr. 2011.



NORONHA, V. **Pensamento sobre Políticas Públicas de Lazer para Juventude em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisas em Ribeirão das Neves.** Belo Horizonte, MG: Editora PUC, 2009.

OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física: fundamentos e pesquisa.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

REIS, A. M. V. et al. **Desenvolvimento de equipes.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROCHE, F. P. **O planejamento estratégico nas organizações esportivas.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.sescsp.org/sesc/revista/integraconferencia.doc>>. Acesso em: 02 fev. 2007.

SABOYA, R. **Concepções de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos.** Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/06/o-que-e-plano-diretor/>>. Acesso em: 02 fev. 2007.

SILVEIRA, C. R. et al. **Educação Física escolar: o impacto do processo de inclusão.** 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd119/educacao-fisica-escolar-o-impacto-do-processo-de-inclusao.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, S. (Org.) **Os desafios da gestão municipal democrática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZINGONI, P. **Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer.** In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. Lazer, Recreação e Educação Física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



## DADOS DOS AUTORES







## **CLAUDIA AROUCA QUEIROZ**

Graduada em Educação Física – Faculdades Integradas Claretianas (1987), especialista em Bases Metodológicas da Atividade Física Personalizada – Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (1999), mestre em Promoção de Saúde – Universidade de Franca (2009), atualmente cursando especialização em Ergonomia e Ginástica Laboral, no Centro Universitário Claretiano – CUC (2011). Docente da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), desde 2005. Coordenadora da Faculdade de Educação Física (FADEF) desde 2009. Coordenadora e professora do Programa MC na Empresa.

## **LIANE MENDES SANTOS**

Graduada em Pedagogia pela Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP/UEMG (1984), Psicopedagogia, pela Universidade de Franca (2002), especialista em Ciências Sociais e Educativas (2001), também em Educação a Distância, pelo SENAC (2007) mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2004). Foi pedagoga pelo Estado de Minas Gerais e pela Prefeitura de Passos, aprovada em concursos públicos. Docente da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), desde 2002. Coordenadora pedagógica do Curso de Moda e Design - FAMOPA, entre 2009 e 2010. Atualmente é diretora da Escola APAE – Passos.

## **MARCELO CAMPOS MACHADO**

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987), especialista na Universidade Nova Iguaçu (UNIG, 1999). Atualmente é professor titular do Colégio Objetivo de Passos, docente da FESP/UEMG, desde 2003, Presidente da Associação Esportiva dos Municípios do Sudoeste de Minas Gerais (ASSESMIG),





Secretário do Conselho dos Dirigentes das Instituições Superiores de Educação Física de Minas Gerais (CONDIESEF) e Diretor da MC Organizações Esportivas.

### **MARLEAN KELLI APARECIDA SILVEIRA**

Discente do 7º período da Faculdade de Educação Física de Passos (FADEF), estagiária de ginástica laboral no Projeto Academia Escola em 2008, nas Furnas Centrais Elétricas S.A. entre 2009 e 2010. Atualmente é professora credenciada dos Programas Body Combat, Power Jump e CX 30 da Empresa Body Systems e estagiária do Clube Passense de Natação.

### **MIRIELE GRACINI**

Discente do 7º período da Faculdade de Serviço Social de Passos (FASESP), atualmente é estagiária no Centro de Referência da Saúde do Trabalhador (CEREST).

### **VICTOR HENRIQUE DOS REIS**

Discente do 5º período da Faculdade de Informática de Passos (FIP) no curso de Sistemas de Informação, atua na área de informática desde 2005 e tem vasta experiência de mercado também na área administrativa.

### **WALQUÍRIA PAIVA COSTA**

Discente do 7º Período de Educação Física de Passos (FADEF). Árbitro de atletismo pela Federação Mineira de Atletismo (FMA). Estagiária na academia de musculação e atendimento personalizado, atuando desde abril de 2010.





## APÊNDICES







**APÊNDICE A**

**LINHA DE PESQUISA: PERFIL DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA DE ESPORTES**

“A REALIDADE PÚBLICA DO ESPORTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO RIO GRANDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS”

**QUESTIONÁRIO: GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL DO ESPORTE**

01 - Há quanto tempo assumiu o cargo de gestor publico municipal do esporte?

- Há menos de 01 ano
- Há 02 anos
- Há 5 anos
- Há mais de 05 anos

02 - Qual o nível de escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Técnico
- Superior
- Outros: \_\_\_\_\_

03- Teve alguma experiência no setor administrativo antes de exercer este cargo?

- Não
- Sim

04 - Quantas pessoas trabalham na área esportiva do município e quais as suas capacidades?

- Técnico \_\_\_\_\_
- Graduado \_\_\_\_\_
- Pós Graduado \_\_\_\_\_
- Acadêmico/ Estagiário \_\_\_\_\_
- Outros: \_\_\_\_\_

05 - Há um Plano Diretor esportivo no seu município?

Sim, por quanto tempo? \_\_\_\_\_  Não

06 - O município possui Conselho Municipal de Esporte?

- Sim  Não

07 - O Setor de Esportes é filiado a alguma entidade esportiva?

- Sim
- Liga  Federação  Associação
- Não

08 - O município participou de parceria executada por outro órgão, visando ao desenvolvimento de ações, projetos e programas na área do esporte?

- Sim, Quais? \_\_\_\_\_  Não

09 - Quais modalidades esportivas são fomentadas neste setor?

1- Escolhinha    2- Treinamento    3-Projeto Social

- Futsal
- Handebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Futebol
- Xadrez
- Atletismo
- Natação
- Outros: \_\_\_\_\_

10 - Participa de algum programa esportivo do poder público estadual e federal? Quantos educandos são assistidos?

- Minas Olímpica Nova Geração \_\_\_\_\_
- Minas Olímpica JIMI \_\_\_\_\_
- Minas Olímpica Oficina de Esportes \_\_\_\_\_
- Minas Saúde na Praça \_\_\_\_\_
- Minas Paraolímpico \_\_\_\_\_
- Segundo Tempo \_\_\_\_\_
- Outros: \_\_\_\_\_

11- Quais ações, projetos e programas são executados pelo município?





- [ ] Esportes de base. Citar: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- [ ] Detecção e desenvolvimento de talentos. Citar: \_\_\_\_\_
- [ ] Para idosos. Citar: \_\_\_\_\_
- [ ] Para pessoas portadoras de necessidades especiais. Citar: \_\_\_\_\_
- [ ] Outros: \_\_\_\_\_
- 12 - De quais competições o município participa?
- [ ] JIMI
- [ ] Liga
- [ ] JOJU
- [ ] JOJUNINHO
- [ ] AMEG
- [ ] Federações
- [ ] Outros: \_\_\_\_\_
- 13 - Quais eventos esportivos que são realizados anualmente no município?  
 \_\_\_\_\_
- 14 - Quanto à infraestrutura esportiva pertencente ao município, qual a quantidade existente de cada item abaixo?
- |                        |     |                        |     |
|------------------------|-----|------------------------|-----|
| Ginásio:               | ( ) | Parque aquático        |     |
| Quadra coberta:        | ( ) | Iluminação             | ( ) |
| Quadra descoberta:     | ( ) | Vestiários             | ( ) |
| Estádio de futebol:    | ( ) | Raias                  | ( ) |
| Parque aquático:       | ( ) | Tamanho                | ( ) |
| Pista de atletismo:    | ( ) | Bloco de saída         | ( ) |
|                        |     | Arquibancadas          | ( ) |
|                        |     | Piso                   | ( ) |
| 15 - Infraestrutura:   |     |                        |     |
| Ginásio                |     | Pista de atletismo     |     |
| Placar eletrônico      | ( ) | Tamanho                | ( ) |
| Vestiários             | ( ) | Vestiários de Arbitros | ( ) |
| Vestiários de árbitros | ( ) | Tabela de basquete     | ( ) |
| Tabela de basquete     | ( ) | Cadeiras               | ( ) |
| Cadeiras               | ( ) |                        |     |
| Arquibancadas          | ( ) |                        |     |
| Piso                   | ( ) |                        |     |
- Quadra coberta  
 Totalmente Fechada ( )  
 Parcialmente Fechada ( )  
 Não Fechada ( )  
 Vestiário ( )  
 Tabela de basquete ( )  
 Piso ( )  
 Iluminação ( )  
 Arquibancada ( )  
 Tamanho ( )
- Quadra descoberta  
 Iluminação ( )  
 Tamanho ( )  
 Piso ( )  
 Vestiário ( )  
 Arquibancada ( )
- Estádio de futebol  
 Placar eletrônico ( )  
 Vestiários ( )  
 Vestiáriosde árbitros ( )  
 Tabela de basquete ( )  
 Cadeiras ( )  
 Arquibancadas ( )  
 Piso ( )





Arquibancadas ( )  
 Piso ( )

16- Qual o estado de conservação da estrutura esportiva?

Ginásio: \_\_\_\_\_  
 Quadra coberta: \_\_\_\_\_  
 Quadra descoberta: \_\_\_\_\_  
 Estádio de futebol: \_\_\_\_\_  
 Parque aquático: \_\_\_\_\_  
 Pista de atletismo: \_\_\_\_\_

17- Qual a capacidade de público de cada infraestrutura esportiva?

Ginásio: \_\_\_\_\_  
 Quadra coberta: \_\_\_\_\_  
 Quadra descoberta: \_\_\_\_\_  
 Estádio de futebol: \_\_\_\_\_  
 Parque aquático: \_\_\_\_\_  
 Pista de atletismo: \_\_\_\_\_

18 - A coordenação do esporte no município é:

- ( ) Setor
- ( ) Departamento
- ( ) Diretoria
- ( ) Secretaria

19 - Esta coordenação possui:

- ( ) Prédio próprio?
- ( ) Alugado?
- ( ) Em construção?

20 - O município possui:

Praças de esporte? ( ) Não ( ) Sim

Quais: \_\_\_\_\_

Espaços alternativos? ( ) Não ( ) Sim

Quais: \_\_\_\_\_

21 - Já recebeu algum material esportivo do poder público estadual e federal?

Poder Público Estadual ( ) Não ( ) Sim

Quais: \_\_\_\_\_

Poder Público Municipal ( ) Não ( ) Sim

Quais: \_\_\_\_\_

22 - Os projetos disponíveis atendem à qual público citado abaixo?

- [ ] Crianças
- [ ] Portadores de Necessidades Especiais
- [ ] Adolescentes
- [ ] Gestantes
- [ ] Adultos
- [ ] Idosos
- [ ] Outros: \_\_\_\_\_

23 - As políticas públicas de esporte conseguem envolver, em sua maioria, a área:

- ( ) Social
- ( ) Promoção de saúde
- ( ) Atividades esportivas

24- Qual o investimento anual para realizar suas ações esportivas? \_\_\_\_\_





**Figura 21** - Campo de Futebol, Capetinga – MG, 2010.



**Figura 22** - Quadra descoberta de Capitólio – MG, 2010.



**Figura 23** - Parque Aquático, Carmo do Rio Claro– MG, 2010.



**Figura 24** - Academia ao ar livre de Cássia – MG, 2010.



**Figura 25** - Estádio de futebol, Claraval – MG, 2010.



**Figura 26** – Ginásio Municipal de Delfinópolis – MG, 2010.



**Figura 27** - Pista de skate de Fortaleza de Minas – MG, 2010.



**Figura 28** - Ginásio, Guapé – MG, 2010.



**Figura 29** - Ginásio, Ibiraci – MG, 2010.







**Figura 30** - Pista de Skate - Itaú de Minas – MG, 2010.



**Figura 31** - Estádio de futebol, Passos – MG, 2010.



**Figura 32** – Ginásio Municipal de Piumhi – MG, 2010.



**Figura 33** - Ginásio Municipal de Pratápolis – MG, 2010.



**Figura 34** - Estádio de Futebol SJB do Glória – MG, 2010.



**Figura 35** - Ginásio, São José da Barra – MG, 2010.



**Figura 36** - Parque Aquático S.S. do Paraíso – MG, 2010.



**Figura 37** - Ginásio São Tomás de Aquino – MG, 2010.





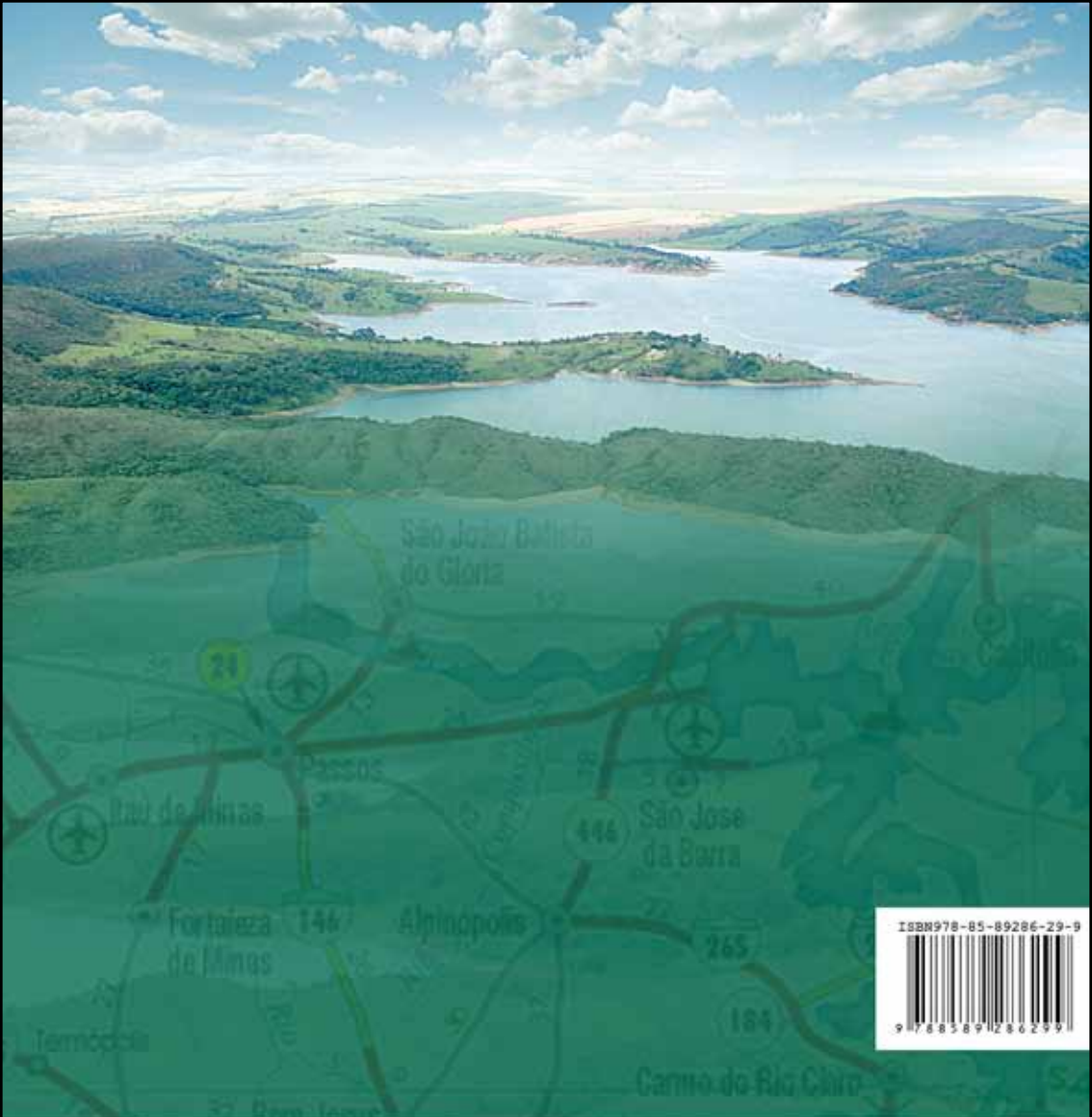
Edição, Projeto Gráfico e Montagem



Impresso em papel Apergaminhado 75g na Gráfica e Editora Letrícia.  
Composição nas fontes Cambria, Gisha e Zag Regular.  
Junho de 2011







ISBN978-85-89286-29-9



Ministério do Esporte

